

PREGÃO ELETRÔNICO 90022/2025

CONTRATANTE (UASG)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL (170177)

OBJETO

Prestação de serviços de seguro total para 198 (cento e noventa e oito) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 1 (um) ano, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 455.400,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **26/12/2025** às **10h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
9. DO TERMO DE CONTRATO.....	15
10. DOS RECURSOS.....	16
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	17
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	19
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	20

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª
REGIÃO FISCAL – SRRF10**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2025
(Processo Administrativo nº 11000.748337/2025-84)**

Torna-se público que a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal (SRRF10), CNPJ nº 00.394.460/0147-97, por meio da Divisão de Programação e Logística (Dipol), sediada na Av. Loureiro da Silva, nº 445, sala 525, 5º andar, Porto Alegre-RS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços de seguro total para 198 (cento e noventa e oito) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 1 (um) ano, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.6.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.12 **Também não poderão participar da presente licitação os corretores de seguros ou intermediários**, em razão da vedação constante nos seguintes diplomas legais: a) art. 122 do Decreto-Lei nº 73, de 1966; b) art. 100 do Decreto nº 60.459, de 1967; e c) parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto nº 59.417 de 1966, além das Decisões do Tribunal de Contas da União – TCU nº 400/1995 – Plenário e 600/2015 – Plenário.

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item;

5.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que o objeto da contratação é a atividade de seguro (inciso VIII do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06).

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da

empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item (que no caso presente é igual ao valor global para o seguro de todos os veículos relacionados no Apêndice II do Termo de Referência).

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado na presente licitação, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de

classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

6.19.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1 empresas brasileiras;

6.20.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme modelo constante no Anexo II deste Edital, acompanhada da Declaração de ausência de nepotismo, conforme modelo constante no Anexo III deste Edital.

6.22.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1 conter vícios insanáveis;

7.5.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.7.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar proposta de preços detalhada com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, conforme modelo constante no Anexo II deste Edital, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documento que comprove efetivamente ser o mesmo original.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia da frota de veículos da 10ª Região Fiscal é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado previamente pelos telefones constantes no Apêndice III do Termo de Referência ou e-mail licitaçõessrrf10.rs@rfb.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico/representante do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no Anexo IV deste Edital.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.7. Nos casos em que o fornecedor não estiver inscrito no Sicafe, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

9.8. Na hipótese de irregularidade do registro no Sicafe, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

9.9. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

9.10. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 9.10 acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

9.11.1 Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

9.11.2 Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

9.13. A regra do subitem 9.13 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 9.12.1.

9.14. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos subitens 9.10 e 9.12.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, por meio de agendamento pelo endereço de correio eletrônico licitacoessrrf10.rs@rfb.gov.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 5% a 10% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da

licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10.A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11.Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12.Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14.A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15.Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço de correio eletrônico licitacoessrrf10.rs@rfb.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br (UASG 170177).

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice I - Descrição detalhada do serviço

13.11.1.2. Apêndice II - Relação de veículos a serem segurados

13.11.1.3. Apêndice III - Relação das Unidades Administrativas da 10ª Região Fiscal

13.11.1.4. Apêndice IV – Estudo Técnico Preliminar;

- 13.11.2 Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
- 13.11.3 Anexo III - Modelo de Declaração de Ausência de Nepotismo;
- 13.11.4 Anexo IV - Modelo de Declaração de Vistoria e/ou Ciência das Condições Locais (Documento de Habilitação);
- 13.11.5 Anexo V - Modelo de Atestado de Capacidade Técnico-Operacional (Documento de Habilitação);
- 13.11.6 Anexo VI – Minuta de Termo de Contrato.

Porto Alegre - RS, (*datado digitalmente*).

(*assinado digitalmente*)
ANDRE LUIS SOUZA DA SILVA
Chefe Dipol/SRRF10

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 10A.RF/RS

Termo de Referência 60/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
60/2025	170177-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 10A.RF/RS	ADRIANE BEVILAQUA	02/12/2025 17:49 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		11000.748337/2025-84

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços de seguro total para 198 (cento e noventa e oito) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, especialmente no Apêndice I.

Item	Especificação	Código do item no Catálogo de Serviço (CATSERV) do Sistema de Serviços Gerais (SISG)	Valor máximo estimado (R\$)
1	Serviço de seguro total para 198 (cento e noventa e oito) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência, pelo prazo de 1 (um) ano.	22764	455.400,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano com início na data de 13 de dezembro de 2025 e encerramento em 12 de dezembro de 2026, - ou - com início na data de sua assinatura, se esta for posterior, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1 O seguro terá sua vigência por 1 (um) ano, com início a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia 12 de dezembro de 2025 e encerramento às 24 (vinte e quatro) horas do dia 12 de dezembro de 2026, - ou - a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia da celebração do contrato, se esta for posterior àquela, independentemente da conclusão da emissão da apólice pela Seguradora, ocasião em que prevalecerão as condições dos veículos apuradas pela Contratada, independente ou não da realização da vistoria prévia facultativa.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Para a presente contratação, constará no Instrumento de Contrato a seguinte obrigação da contratada:

4.1.1.1 Adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber;

4.1.1.2 Preferencialmente, credenciar oficinas e centros automotivos que:

4.1.1.2.1 Adotem práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização na execução do objeto contratado;

4.1.1.2.2 Observem as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos estabelecidos na Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos – e na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;

4.1.1.2.3 Adotem prática de descarte correto do óleo contaminado utilizado em seu negócio, combustíveis e descarte de embalagens de óleos lubrificantes pós-consumo, e demais assuntos relacionados ao objeto da contratação, conforme Resolução nº 362, de 23/06/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;

4.1.1.2.4 Deem preferência ao uso de equipamentos, ferramentas e peças novas que estejam adequadas às necessidades do mercado e à sustentabilidade;

4.1.1.2.5 Tenham contenções preparadas para o caso de vazamento de óleo ou qualquer outro líquido perigoso, bem como utilizem-se de outras alternativas visando à busca por práticas sustentáveis;

4.1.1.2.6 Utilizem materiais e peças que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI), cádmio (Cd), bifenil-polibromados(PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Subcontratação

4.2 É permitida a subcontratação parcial do objeto para aquelas atividades em que são comuns no mercado a subcontratação, tais como serviços de reparos/consertos em oficinas mecânicas, realização de vistorias, serviços de reboque, chaveiro etc.

4.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.7 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.8 A avaliação prévia da frota de veículos da 10ª Região Fiscal é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h às 11h30min e das 14h às 17h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones constantes no Apêndice III

deste TR ou e-mail licitaçãoessrrf10.rs@rfb.gov.br. As Unidades da RFB a que cada veículo pertence consta na relação de veículos constante no Apêndice II deste Termo de Referência, e os endereços de cada Unidade estão indicados no Apêndice III também deste Termo de Referência.

4.9 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico/representante do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo que será Anexo do Edital.

4.12 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: o seguro terá sua vigência por 1 (um) ano, com início a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia 12 de dezembro de 2025, - ou - a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia da celebração do contrato, se este for posterior àquele, independentemente da conclusão da emissão da apólice pela Seguradora, ocasião em que prevalecerão as condições dos veículos apuradas pela Contratada, independentemente ou não da realização da vistoria prévia facultativa.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: A dinâmica para a execução do objeto está prevista no Apêndice I deste Termo de Referência, não havendo necessidade de previsão de características especiais/adicionais neste item do documento.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2 Os serviços serão prestados nos locais e horários dispostos no Apêndice I deste Termo de Referência.

Rotinas a serem cumpridas

5.2.1 A dinâmica para a execução do objeto está prevista no Apêndice I deste Termo de Referência, não havendo necessidade de previsão de características especiais/adicionais neste item do documento.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.3 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.3.1 As informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam no Apêndice I - Descrição detalhada do serviço, no Apêndice II - Relação de veículos a serem segurados e no Apêndice III - Relação das Unidades Administrativas da 10ª Região Fiscal, deste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço

5.4 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7 O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica/Setorial

6.10 O fiscal técnico/setorial do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11 O fiscal técnico/setorial do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico/setorial do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13 O fiscal técnico/setorial do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico/setorial do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15 O fiscal técnico/setorial do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.20 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.20.1 Tomar conhecimento na íntegra do Edital, bem como do contrato decorrente.

6.20.2 Atestar a execução dos serviços.

6.20.3 Orientar os condutores dos veículos de sua unidade de que dispõem de permissão para acionar o serviço de assistência 24 horas da seguradora, divulgando o número do telefone da seguradora para tal.

6.20.4 Registrar, em caso de sinistro, a ocorrência junto à seguradora, por telefone, anotando o número do protocolo.

6.20.5 Orientar os condutores de veículos de sua unidade de que, em caso de sinistro, devem solicitar a presença da autoridade de trânsito, se for possível, bem como, se possível, registrar o acidente por meio de fotos, anotando, se houver, o nome, endereço e telefone de testemunhas. O condutor deverá ser orientado quanto à obrigatoriedade de registrar a ocorrência junto à autoridade policial, com a expedição do Boletim de Ocorrência, documento indispensável para acionamento do seguro.

6.20.6 Certificar-se, em caso de sinistro e que haja necessidade de acionar a seguradora contratada, de que todos os documentos necessários para tal estão disponíveis, tais como: Boletim de Ocorrência Policial, cópia do documento do veículo de porte obrigatório (CRLV) e cópia da carteira de habilitação do condutor no momento do sinistro (CNH), número da apólice ou CNPJ da SRRF10 (00.394.460/0147-97), além de outros eventualmente disponíveis. Acionar o seguro, enviando, preferencialmente por "e-mail", os documentos necessários escaneados para o corretor do seguro e para o gestor do contrato.

6.20.7 Agendar, em caso de sinistro, vistoria junto à seguradora, acompanhar o conserto e a liberação do veículo. No ato da liberação do veículo consertado, solicitar à oficina credenciada cópia da nota fiscal/ordem de serviço do referido conserto e enviar para o gestor do contrato, junto ao Termo Detalhado, para fins de comprovação para o pagamento da franquia.

6.20.8 Gestionar junto à autoridade competente para a instauração de sindicância ou Termo Circunstanciado Administrativo. Após finalização do procedimento, enviar cópia ao gestor do contrato, para fins de comprovação para o pagamento da franquia.

6.20.9 As atribuições anteriores não excluem a obrigatoriedade de cumprimento de outras recomendações administrativas em caso de sinistro.

Gestor do Contrato

6.21 Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico/setorial e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

Recebimento

7.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias da apresentação da apólice contendo todos os veículos relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência, pelo fiscal administrativo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, VII, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.1.1 O prazo máximo admitido para a entrega da apólice será de 30 (trinta) dias a contar da data da celebração do contrato.

7.2 No caso de ocorrência de sinistro, os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico/setoriais e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4 Os fiscais técnicos/setoriais do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6 Para efeito de recebimento provisório, os fiscais técnicos/setoriais do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.7 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega da apólice contendo todos os veículos relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência.

7.8 No caso de ocorrência de sinistro, será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.10 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.12 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.13 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade da apólice, contendo todos os veículos relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência, com as exigências do Edital e seus Anexos, ou após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos/setoriais e administrativo no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.14.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3 Realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (Art 21, III, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.14.4 Na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, poderão ser consultados os sítios eletrônicos oficiais para verificação da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.14.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.14.9 Realizar consulta ao CEIS, ao Cadastro de Inidôneos e ao CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

7.14.9.1 A consulta poderá ser realizada através da consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

7.14.10 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.14.11 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente (boleto ou depósito bancário), com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.12 Enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente (boleto ou depósito bancário) quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.18 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.19 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.21 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura/documento de cobrança equivalente (boleto ou depósito bancário), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.22 A Nota Fiscal ou Fatura ou documento de cobrança equivalente (boleto ou depósito bancário) deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de pagamento

7.23 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.24 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), pro rata die, de correção monetária.

7.25 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.26 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.29 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/11/2025.

7.30 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.31 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.32 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.33 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.34 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.35 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.36 O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.37 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.37.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.37.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à

certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.37.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.37.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.38 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços (como, exemplificativamente, atraso na entrega da apólice ou no pagamento de

indenizações de eventuais sinistros), até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

8.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

9.2.1 Será adotado o regime de execução de empreitada por preço global, em razão de que, para o serviço de seguro, não há possibilidade de mensuração dos serviços prestados por unidade de medida, sendo que para o caso concreto, a liquidação de despesas é realizada em parcela única e envolve a prestação do serviço como um todo, ou seja, a cobertura de seguro, pelo período de 12 (doze) meses, para todos os veículos relacionados neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.3 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4 Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.9 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.10 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.11 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.13 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.14 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.15 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.16 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.17 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.18 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =

Passivo Circulante

9.19 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

9.20 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.21 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.22 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.23 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.24 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.25 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições da frota de veículos da 10ª Região Fiscal para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, conforme modelo anexo ao Edital.

9.25.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico/representante do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.26 Prova de regularidade junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, representada pela Certidão de Licenciamento, ou documento equivalente, na forma da lei, dentro do prazo de validade, em conformidade com as normas da SUSEP.

9.27 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.27.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.27.1.1 Comprovação de execução de **serviço de seguro de veículos** de no mínimo: a) 30% (trinta por cento) do somatório de todos os tipos de veículos relacionados no Apêndice II deste Termo de Referência, ou seja, 59 (cinquenta e nove) veículos, ou, alternativamente, b) 30% do valor estimado da contratação, ou seja, R\$ 136.620,00 (cento e trinta e seis mil, seiscentos e vinte reais), conforme modelo Anexo ao Edital.

9.27.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.27.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.27.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.27.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.27.6 O modelo de Atestado em anexo ao Edital é meramente exemplificativo, podendo, cada licitante, elaborar seu próprio Atestado, desde que dele conste os dados considerados essenciais para sua validade, especialmente de que o serviço se refere seguro de veículos, bem como a quantidade de veículos ou o valor da contratação.

9.28 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.29 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.35 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.35.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.35.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.35.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.35.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.35.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.35.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.35.6.1 ata de fundação;

9.35.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.35.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.35.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.35.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.35.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.35.6.7 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 455.400,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais), conforme tabela contida no item 1.1 acima.

10.2 O preço de referência foi definido e documentado com base em pesquisa de preços realizada nos termos da IN Seges nº 65/2021, conforme documentação contida neste processo (documentos nº 4 a 5).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 00001/170177;

II) Fonte de recursos: 1032000000;

III) Programa de trabalho: 04.122.0032.2000.0001;

IV) Elemento de despesa: 3390-39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; e

V) Plano interno: OUTRCUSTEIO.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2 Dos Apêndices ao Termo de Referência:

12.2.1 APÊNDICE I – Descrição detalhada do serviço

12.2.2 APÊNDICE II – Relação de veículos a serem segurados

12.2.3 APÊNDICE III – Relação das Unidades Administrativas da 10ª Região Fiscal

12.2.4 APÊNDICE IV – Estudos Técnicos Preliminares

13. ANEXO I

Justificativa: Será formalizado termo de contrato para a presente contratação, razão pela qual o anexo será excluído.

14. ANEXO II

Justificativa: Será formalizado termo de contrato para a presente contratação, razão pela qual o anexo será excluído.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANE BEVILAQUA

Equipe de Planejamento da Contratação

ALINE PEREIRA DENARDIN MARIOTTI

Equipe de Planejamento da Contratação

ALEXANDRE JUNIOR BRUGNARA

Equipe de Planejamento da Contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendice I - Descricao detalhada do servico.pdf (229.54 KB)
- Anexo II - Apendice II - Relacao de veiculos a serem segurados.pdf (1.21 MB)
- Anexo III - Apendice III - Relacao das unidades administrativas da 10 RF.pdf (141.5 KB)
- Anexo IV - Apendice IV - Estudos Tecnicos Preliminares.pdf (365.85 KB)



Ministério da
Fazenda



Receita Federal

APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO

1. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

1.1 O prazo de vigência do Termo de Contrato é **de 1 (um) ano**, com início na data 13 de dezembro de 2025 e encerramento em 12 de dezembro de 2026, ou com início na data de sua assinatura, se esta for posterior, prorrogável na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2 O seguro terá sua vigência por 1 (um) ano, com início a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia 12 de dezembro de 2025 e encerramento às 24 (vinte e quatro) horas do dia 12 de dezembro de 2026, - ou - a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia da celebração do contrato, se este for posterior àquele, independentemente da conclusão da emissão da apólice pela Seguradora, ocasião em que prevalecerão as condições dos veículos apuradas pela Contratada, independentemente ou não da realização da vistoria prévia facultativa.

2. DA CONCEITUAÇÃO

Para fins deste Termo de Referência, conceitua-se:

I - Aceitação: Aprovação da proposta apresentada pelo Segurado para a contratação do seguro, que serve de base para a emissão da apólice.

II - Acessório: Peça desnecessária ao funcionamento do veículo e nele instalada para sua melhoria, decoração ou lazer do usuário.

III - Acidente: Acontecimento imprevisto e involuntário do qual resulta um dano causado ao objeto ou pessoa segurada.

IV - Acidente Pessoal de Passageiros. Evento com data caracterizada, exclusiva e diretamente provocado por acidente de trânsito com o veículo segurado, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só, e independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte, ou invalidez permanente total ou parcial dos passageiros ou do condutor do veículo segurado.

V - Apólice: Documento que formaliza o contrato de seguro, contendo dados do Segurado, do veículo segurado e as garantias Contratadas, bem como os direitos e deveres das partes contratantes.

VI - Apropriação Indébita: Ato ilícito que consiste em apossar-se de coisa alheia móvel de quem tem a posse ou a detenção.

VII - Avaria Prévia: Dano existente no veículo segurado antes da contratação do seguro e que não está por este coberto.

VIII - Aviso de Sinistro: Comunicação formal à Seguradora da ocorrência do evento previsto na apólice, descrevendo sua natureza e gravidade.

IX - Beneficiário: Pessoa física ou jurídica em favor da qual é devida a indenização.

X - Bônus: Desconto obtido pelo Segurado na renovação do seguro, desde que não tenha havido nenhuma ocorrência de sinistro durante o período de vigência da apólice anterior, qualquer transferência de direitos ou obrigações ou qualquer interrupção no contrato de seguro.

XI - Cancelamento: Dissolução antecipada da apólice de seguro.

- XII - Carroceria: Espaço destinado ao transporte da carga, acoplado à parte traseira do chassi do veículo.
- XIII - Cláusula: Define cada uma das disposições contidas no contrato de seguro.
- XIV - Colisão: Qualquer choque, batida ou abaloamento sofrido ou provocado pelo veículo segurado.
- XV - Condições Gerais: Conjunto de cláusulas contratuais que estabelecem obrigações e direitos, do Segurado e da Seguradora, de um mesmo contrato de seguro.
- XVI - Condições Particulares: Cláusulas que alteram de alguma forma as condições gerais e/ou especiais, variando tais alterações de acordo com cada Segurado.
- XVII - Corretor: Pessoa física ou jurídica devidamente habilitada e registrada na SUSEP para intermediar e promover a comercialização de contratos de seguro, representando o Segurado junto às Seguradoras.
- XVIII - Culpa Grave: Conceito não existente no Código Civil Brasileiro, porém utilizado nos tribunais civis. A culpa grave se aproxima do dolo, sendo motivo para a perda de direito por parte do Segurado. Devido ao seu caráter jurídico especial, a culpa grave somente pode ser estabelecida por sentença judicial.
- XIX - Dano Corporal: Lesão exclusivamente física causada ao corpo da pessoa. Danos classificáveis como mentais ou psicológicos, não oriundos de danos corporais, não estão abrangidos por esta definição.
- XX - Dano Estético: Espécie de dano corporal, não coberto pelo presente seguro, que se caracteriza pela redução ou eliminação de padrão de beleza, mas sem ocorrência de sequelas que interfiram no funcionamento do organismo.
- XXI - Dano Moral: Lesão praticada por outrem ao patrimônio psíquico ou à dignidade da pessoa, ou mais amplamente, aos direitos de personalidade, causando sofrimento psíquico, constrangimento, desconforto, humilhação, independentemente da ocorrência simultânea de danos materiais ou corporais.
- XXII - Dano Material: É o tipo de dano causado exclusivamente a propriedade material da pessoa.
- XXIII - Dolo: Má-fé, qualquer ato consciente por meio do qual alguém induz, mantém ou confirma outrem em erro. Vontade conscientemente dirigida com a finalidade de obter um resultado criminoso.
- XXIV - Endosso: Aditivo ao contrato pelo qual a Seguradora e o Segurado acordam quanto a alteração de dados, modificam condições ou objeto da apólice ou a transferem a terceiros.
- XXV - Equipamentos: Entende-se como equipamento original ou não qualquer peça ou aparelho fixado em caráter permanente no veículo segurado com exceção dos classificados como acessórios e opcionais.
- XXVI - Estelionato: Obter para si ou para outrem, vantagem ilícita em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
- XXVII - Estipulante: Pessoa física ou jurídica que contrata apólice coletiva de seguros, ficando investido dos poderes de representação dos Segurados perante a Seguradora.
- XXVIII - Franquia: Valor ou percentual definido na apólice que representa a participação do Segurado nos prejuízos indenizáveis consequentes de cada sinistro.
- XXIX - Furto: Subtração de todo ou parte do bem sem ameaça ou violência à pessoa.
- XXX - Furto Qualificado: Ação cometida para subtração de coisa móvel, com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, com abuso de confiança, ou mediante fraude,

escalada ou destreza, com emprego de chave falsa ou mediante concurso de duas ou mais pessoas, que deixe vestígios, ou seja, comprovada mediante inquérito policial.

XXXI - Furto Simples: Subtração, para si ou para outrem, de coisa móvel alheia, sem violência contra a pessoa e sem deixar vestígios.

XXXII - Incêndio: Evento destrutivo caracterizado pela ação do fogo.

XXXIII - Invalidez Permanente: Perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão dos passageiros ou do condutor do veículo acidentado ou de terceiro envolvido em acidente com o veículo segurado.

XXXIV - Limite Máximo de Indenização por Cobertura (LMI): Valor máximo de responsabilidade assumida pela Seguradora para cada cobertura Contratada, não implicando, entretanto, em reconhecimento por parte da Seguradora como prévia determinação do valor real dos bens segurados.

XXXV - Limite Máximo de Garantia por Apólice (LMG): Valor máximo de responsabilidade assumida pela Seguradora em cada apólice, por evento ou série de eventos.

XXXVI - Liquidação de Sinistro: Processo para pagamento da indenização ao Segurado, com base no relatório de regulação de sinistro.

XXXVII - Perda Parcial: Qualquer dano sofrido pelo veículo segurado cujo custo para reparação ou reposição não atinge 75% (setenta e cinco por cento) do seu valor estabelecido na apólice, no ato da contratação.

XXXVIII - Prêmio: Importância paga pelo Segurado ou estipulante/proponente à Seguradora para que esta assuma o risco a que o Segurado está exposto.

XXXIX - Proponente: Pessoa que pretende fazer um seguro e que já firmou, para esse fim, a proposta.

XL - Proposta: Instrumento que formaliza o interesse do estipulante/proponente em contratar o seguro.

XLI - Questionário de Avaliação de Risco: Formulário de questões, parte integrante da proposta de seguro, e que deve ser respondido pelo Segurado, de modo preciso, sobre os condutores e as características do uso do veículo e demais elementos constitutivos do risco a ser analisado pela Seguradora. É utilizado para o cálculo do prêmio do seguro e como parâmetro para avaliação da regularidade da cobertura em caso de sinistro.

XLII - Regulação de Sinistro: Na ocorrência de um sinistro, é o exame, das suas causas e circunstâncias, a fim de se caracterizar o risco ocorrido e, em face dessas verificações, se concluir sobre a sua cobertura, bem como se o Segurado cumpriu todas as suas obrigações legais e contratuais.

XLIII - Responsabilidade Civil: Cobertura que visa garantir, até o valor do Limite Máximo de Indenização, o pagamento da indenização pela qual o Segurado vier a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo judicial ou extrajudicial autorizado de modo expresse pela Seguradora, por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros pelo veículo segurado, pela carga transportada ou por veículo regularmente rebocado.

XLIV - Ressarcimento: Reembolso dos prejuízos suportados pela Seguradora ao indenizar dano causado por terceiros.

XLV - Risco: Evento incerto ou de data incerta que independe da vontade das partes contratantes e contra o qual é feito o seguro. O risco é a expectativa de sinistro. Sem risco não pode haver contrato de seguro.

XLVI - Roubo: Subtração de todo ou parte do bem com ameaça ou violência à pessoa.

XLVII - Salvados: Objetos que se consegue resgatar de um sinistro e que ainda possuem valor econômico. Assim são considerados tanto os bens que tenham ficado em perfeito estado, como os que estejam parcialmente danificados pelos efeitos do sinistro.

XLVIII - Segurado: Pessoa física ou jurídica que, tendo interesse segurável, contrata o seguro em seu benefício pessoal ou de terceiros.

XLIX - Seguradora: Empresa autorizada pela SUSEP a funcionar no Brasil e que, recebendo o prêmio, assume os riscos descritos no contrato de seguro.

L - Sinistro: Ocorrência de acontecimento previsto no contrato de seguro, de natureza súbita, involuntária e imprevista.

LI - Sub-rogação: Transferência de direitos e obrigações entre duas pessoas.

LII - SUSEP: Superintendência de Seguros Privados. Autarquia federal responsável pela regulação e fiscalização do mercado de seguros.

LIII - Terceiro: Pessoa culpada ou prejudicada no acidente, exceto o próprio Segurado ou seus ascendentes, descendentes, cônjuge e irmãos, bem como quaisquer pessoas que com ele residam ou que dele dependam economicamente.

LIV - Valor Determinado: Quantia fixa garantida ao Segurado no caso de indenização integral do veículo, fixada em moeda corrente nacional, e estipulada pelas partes no ato da contratação.

LV - Vigência: Prazo que determina o início e término da validade das garantias Contratadas.

LVI - Vistoria Prévia Facultativa: Inspeção realizada no veículo pela Seguradora antes da aceitação do risco para verificação das características e estado de conservação do veículo.

LVII - Vistoria de Sinistro: Inspeção efetuada pela Seguradora, através de peritos habilitados, em caso de sinistro, para verificar os danos ou prejuízos sofridos.

3. DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO, EXIGÊNCIAS PARA A LICITAÇÃO E INFORMAÇÕES PARA SUBSIDIAR A FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Dos riscos cobertos: “seguro total”

3.1.1 O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina onde serão prestados os serviços, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

I - Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

II - Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

III - Raio e suas consequências.

IV - Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

V - Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo.

VI - Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado.

VII - Submersão total ou parcial em água proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

VIII - Granizo.

- IX - Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, incluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.
- X - Responsabilidade civil facultativa (RCF – Danos Materiais e Danos Pessoais).
- XI - Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica.
- XII - Cobertura adicional de assistência 24 horas em todo o território brasileiro, com os seguintes serviços mínimos: chaveiro, reboque ou transporte do veículo segurado (com quilometragem livre) em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, falta de combustível, transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado e transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.
- XIII - Cobertura dos veículos e baús até o limite da Tabela FIPE para o veículo, e até o valor determinado pela Administração para o baú e para os veículos cujos valores constam na tabela da relação de veículos. Em caso de perda total, o valor da indenização do veículo será de 100% da tabela FIPE, e para o baú e veículo(s) que consta(m) com valor na tabela, o valor determinado pela Administração.

3.2. Descrição da rotina de acionamentos e de avisos de sinistros

3.2.1 O tempo máximo entre o acionamento do guincho e o seu real atendimento deverá ser de no máximo 1 hora se for na zona urbana/cidade e de no máximo 2 horas do atendimento, se estiver fora da zona urbana/cidade.

3.2.2 Quando da ocorrência de sinistro, o veículo deverá ser transportado até a oficina indicada pela SRRF10 ou unidade administrativa a que o veículo estiver sob guarda, podendo ser, inclusive, concessionária autorizada, localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

3.2.3 No caso de ocorrência de sinistro fora do horário normal de expediente da oficina indicada, o veículo deverá ser removido para depósito da Seguradora ou da empresa proprietária do guincho, a qual deverá providenciar, no dia útil seguinte, a remoção do veículo até a oficina indicada, sendo os custos de remoção do veículo de exclusiva responsabilidade da Seguradora.

3.2.3.1 Caso a Seguradora ou a empresa proprietária do guincho não possua depósito, a Seguradora poderá solicitar que o veículo seja removido para uma unidade da RFB, devendo providenciar, no dia útil seguinte, a remoção do veículo até a oficina indicada, sendo os custos de remoção do veículo de sua exclusiva responsabilidade.

3.2.3.2 Quando a Seguradora ou a empresa proprietária do guincho dispuser de depósito, porém a SRRF10 ou unidade administrativa a que o veículo estiver sob guarda exigir que o veículo seja removido para uma unidade da RFB, o serviço de guincho será considerado concluído quando dessa remoção.

3.2.4 A critério exclusivo da SRRF10 ou da unidade administrativa a que o veículo sinistrado estiver sob guarda, poderá ser aceita oficina credenciada indicada pela Seguradora. A SRRF10 ou a unidade administrativa a que o veículo sinistrado estiver sob guarda poderá rejeitar a oficina credenciada indicada pela Seguradora, especialmente no que se refere ao município de sua localização em razão da dificuldade na fiscalização dos serviços a serem executados ou de indícios de má qualidade na execução dos serviços.

3.2.5 Caso a Seguradora não aceite o orçamento apresentado pela oficina indicada pela SRRF10 ou pela unidade administrativa a que o veículo estiver sob guarda, a Seguradora poderá indicar outra oficina. Nesse caso, os custos de remoção do veículo para outra oficina serão de exclusiva responsabilidade da Seguradora.

3.2.6 Para fins de reparação do veículo em caso de sinistro, é admitido o uso de peças novas, originais ou não, nacionais ou importadas, desde que mantenham as especificações técnicas do fabricante.

3.2.6.1 Será admitida a utilização de peças usadas, observadas as disposições da legislação específica que regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, bem como as exigências técnicas necessárias para sua reutilização, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), apenas no caso de inexistência de peças novas no mercado, mediante aprovação da fiscalização do contrato.

3.3. Da apólice

3.3.1 Não poderá ser cobrado pela Contratada o custo da emissão da apólice, que deverá estar incluído no valor do prêmio, conforme estabelece a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 413, de 30/06/2021.

3.3.2 A apólice de seguro automotor adotada deverá conter, impreterivelmente, a descrição dos itens a seguir, observados os valores mínimos de cobertura constantes neste documento.

Casco: valor para cobertura de, no mínimo, 100% da tabela FIPE ou valor determinado.

Responsabilidade civil facultativa (RCF – Danos Materiais e Danos Pessoais):

Valor para indenização de danos materiais de, no mínimo, R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Valor para indenização de danos pessoais de, no mínimo, R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Acidente por passageiro (APP):

Valor para indenização morte por pessoa de, no mínimo, R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Valor para indenização invalidez por pessoa de, no mínimo, R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Cobertura específica para substituições de para-brisa, vidros laterais e vidro traseiro, com franquia individual de R\$ 300,00 (trezentos reais).

3.3.3 A empresa Contratada deverá entregar a apólice na Divisão de Programação e Logística – Dipol da SRRF10, de acordo com a Relação dos Veículos no Apêndice II.

3.3.4 **O prazo máximo admitido para a entrega das apólices será de 30 (trinta) dias a contar da data da celebração do contrato.**

3.3.5 O mesmo prazo valerá para emissão da 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus etc., a contar do pedido expresso da SRRF10.

3.4. Da franquia

3.4.1 A franquia considerada é a máxima obrigatória, devendo ser observado o que se segue:

I - A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmios), isto é, pelo custo total da apólice. Porém, a proposta da licitante vencedora poderá estabelecer franquia unitária por veículo inferior a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

II - O valor máximo da franquia que deverá constar obrigatoriamente da proposta deverá ser de **R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**, podendo a licitante cotar franquia unitária por veículo inferior a este valor de acordo com análise dos veículos e seus devidos bônus.

III - Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela SRRF10, por intermédio da Dipol à Seguradora.

3.4.2 O valor máximo exigido para a franquia deve-se, principalmente, à necessidade de observância do princípio da isonomia, pois, caso se deixasse a critério de cada licitante, quanto maior fosse esse valor maior a probabilidade de sagrar-se vencedora da licitação, com potencial de prejuízo à Administração e aos outros licitantes que cotarem valores inferiores de franquia.

3.4.3 Assim, as licitantes deverão se adequar a essa exigência e cotar valor de franquia não superior ao valor máximo estabelecido, independente do tipo de veículo.

3.4.4 Da franquia específica para vidros

3.4.4.1 O valor da franquia considerado especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisa, vidros laterais e traseiro, para todos os veículos segurados, não deverá exceder o limite máximo de **R\$ 300,00 (trezentos reais)**, não sendo cumulativa com a franquia de que trata o subitem 3.4.1.

3.4.4.2 A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um para-brisa e um vidro lateral, será cobrada uma franquia para o para-brisa e outra para o vidro lateral.

3.5. Do prazo máximo para avaliação e indenizações decorrentes de sinistro

3.5.1 O prazo máximo admitido para avaliação das circunstâncias de eventual sinistro feita pela Seguradora não poderá exceder a 10 (dez) dias e para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, sendo este lapso temporal contado a partir do recebimento, pela Administração, da notificação da conclusão de avaliação e vistoria das circunstâncias do sinistro.

3.5.2 As indenizações devidas pela seguradora Contratada à Contratante, de eventuais sinistros, deverão ser efetivadas por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

3.6. Características gerais

3.6.1 O último contrato de seguro de veículos, ainda vigente, foi celebrado com a seguradora Gente Seguradora S/A., cujo período de vigência é das 24 horas de 12/12/2024 às 24 horas do dia 12/12/2025.

3.6.2 Os veículos são conduzidos por servidores públicos e motoristas terceirizados que prestam serviços às unidades administrativas, sendo de ambos os sexos e com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, sendo a maioria com idade superior a (vinte e quatro) anos.

3.6.3 Os veículos são todos da frota própria oficial.

3.6.4 Os veículos não possuem rastreador.

3.6.5 Nenhum veículo é do tipo ambulância.

3.6.6 Alguns veículos da RFB (aproximadamente 36) são do tipo “discretos”, ou seja, além de não estarem identificados visualmente como veículos oficiais, circulam com placas diferentes das placas oficiais constantes dos documentos. Este fato deve ser levado em consideração em caso de ocorrência de sinistro.

3.6.7 Em caso de multa, a pontuação é direcionada para a CNH do servidor/motorista condutor do veículo.

3.6.8 Poderá ser imputada responsabilidade ao condutor do veículo para o pagamento do valor da franquia, no caso de apuração de culpabilidade.

3.6.9 Alguns tipos de veículos podem não estar contemplados na Tabela FIPE. Neste caso, para fins de elaboração da proposta, deverá ser adotado a cotação de código semelhante na Tabela FIPE ou, quando for o caso, o valor determinado pela Administração, o qual consta na tabela de relação de veículos.

3.6.10 As placas dos veículos não serão divulgadas nesta etapa da licitação, em razão da necessidade de sigilo, pois muitos veículos da RFB são utilizados em investigações. As placas dos veículos serão divulgadas somente à licitante vencedora, que se compromete em manter sigilo desta informação.

3.6.11 Os veículos, em sua maioria, estão identificados por meio de logotipos da RFB. Alguns veículos não estão identificados visualmente como pertencentes à frota da RFB por causa do sigilo que envolve as atividades desenvolvidas com esses veículos.

3.6.12 Os veículos da RFB são utilizados para qualquer fim relacionado com as suas atividades regimentais, inclusive fiscalização, transporte de mercadorias e de servidores.

3.6.13 A legislação pertinente do IOF é o § 3º do art. 2º combinado com o art. 19 do Decreto Federal nº 6.306, de 14/12/2007 (Regulamento do IOF). Esta unidade licitante é pertencente à Administração Direta.

3.6.14 Conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa interessada em vistoriar previamente os veículos a serem segurados poderá comparecer em cada Unidade Administrativa até o dia útil anterior à data da licitação. Não obstante a facultatividade desta vistoria, a sua não realização implicará à Contratada a assunção de todas as obrigações pertinentes ao objeto da contratação, sem prejuízos à cobertura do seguro dos veículos, a partir da data estipulada para início de vigência do contrato com as especificações mínimas constantes neste documento. A licitante vencedora poderá, facultativamente, realizar a vistoria posteriormente à celebração do contrato, sem alteração do valor proposto.

3.6.15 Eventualmente, poderá haver veículos em manutenção preventiva ou corretiva em alguma das oficinas mecânicas Contratadas. Nessa situação, se houver interessado(s) em realizar vistoria da frota, será disponibilizado o local onde o veículo se encontra.

3.6.16 Os veículos circulam regularmente em todo o Estado do Rio Grande do Sul, a serviço, podendo, excepcionalmente, circular também em outros Estados.

3.6.17 Conforme disciplinado no Edital, a assistência técnica 24 horas deve cobrir todo o território brasileiro.

3.6.18 Na vigência da última apólice de seguro de veículos, ocorreram 42 (quarenta e duas) assistências técnicas (41 guinchos e 1 carga de bateria).

3.6.19 Na vigência da última apólice ocorreram 5 (cinco) sinistros, sendo que, dentre esses, não houve perda total de nenhum veículo. Houve também o acionamento de coberturas de vidros para 4 (quatro) veículos.

3.6.20 Seguem abaixo, as informações referentes a sinistralidade da frota nos últimos 9 anos:

Apólice vigente de 24/09/2016 a 23/09/2017

1) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Colisão com terceiro. Valor Indenizado: R\$ 2.500,00.

2) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Veículo envolveu-se em um acidente sem vítima do tipo colisão transversal. No momento do acidente o veículo virava à direita (Envolveu veículo de Terceiro). Valor Indenizado: R\$ 10.500,00.

3) Veículo: Prisma; Ano/Modelo: 2011/2012; Descrição: Veículo estava estacionado quando um terceiro veículo colidiu na lateral do carro. Valor Indenizado: R\$ 8.653,63.

Apólice vigente de 24/09/2017 a 23/09/2018

1) Veículo: Master/ Furgão/Renault, Ano/Modelo: 2014/2015. Avaria causada por queda de árvore, em razão de temporal. Chapeação e pintura na coluna e na lateral esquerda, troca de sinaleira, para-brisa, Valor total coberto pela seguradora: R\$ 10.007,90.

2) Veículo: Renault Clio Sedan, Ano/Modelo: 2005/2006. Danos causados em razão de colisão com terceiros. Engavetamento em autoestrada. Perda total. Sinistro em andamento. Valor a ser indenizado de acordo com a tabela FIPE. R\$ 14.672,00.

Apólice vigente de 24/09/2018 a 23/09/2019

- 1) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Colisão traseira causada por terceiro. Valor Indenizado: R\$ 4.323,02.
- 2) Veículo: Voyage 1.0 4 portas, Ano/Modelo 2011/2011; Descrição: Colisão lateral com moto. Perda total. Valor Indenizado: R\$ 1.538,83.
- 3) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Colisão frontal com terceiro. Valor Indenizado: R\$ 2.650,25 veículo + R\$ 5.522,16 terceiro.

Apólice vigente de 24/09/2019 a 23/09/2020

- 1) Veículo: Toyota HILUX SW4; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: RCF – DANOS MATERIAIS. Valor Indenizado: R\$ 3.866,36. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 5.632,55.
- 2) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2013/2013; Descrição: Pequena avaria na lateral e quebra da sinaleira traseira, após raspar a lateral esquerda da viatura na coluna do estacionamento. CASCO (COMPREENSIVO). Valor Indenizado: R\$ 640,90.
- 3) Veículo: Cargo 2422T 23,0PBT; Ano/Modelo: 2005/2005; Descrição: Abalroamento em via urbana com veículo terceiro. RCF – DANOS MATERIAIS. Valor Indenizado: R\$ 1.859,67.
- 4) Veículo: L-200 Triton GL, 4 portas; Ano/Modelo: 2013/2013; Descrição: Veículo arrastado pelo vento durante tempestade, colidiu com veículo de terceiro. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 1.907,96. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 9.848,47.
- 6) Veículo: Mercedes-Benz Sprinter 515 CDI; Ano/Modelo: 2013/2013; Descrição: Abalroamento contra uma pilastra. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 2.514,87.

Apólice vigente de 24/09/2020 a 23/09/2021

- 1) Veículo: FIAT Palio Weekend Adventure; Ano/Modelo: 2012/2013; Descrição: Colisão traseira com veículo de terceiro. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 876,00. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: aguardando vistoria.
- 2) Veículo: GM Cruze; Ano/Modelo: 2017/2017; Descrição: Ao iniciar conversão à direita veículo atingido por motocicleta que realizava ultrapassagem pelo lado direito. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: recusado. RCF – DANOS CORPORAIS - Valor Indenizado: aguardando documentos.
- 3) Veículo: L-200 Triton GL; Ano/Modelo: 2014/2015; Descrição: Colisão com veículo de terceiro que estava estacionado na avenida, ao sair do estacionamento. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 467,00.

Apólice vigente de 24/09/2021 a 23/09/2022

- 1) Veículo: Fiat Fiorino IE; Ano/Modelo: 2004/2004; Descrição: motorista de veículo oficial da 10ªRF, ao conduzi-lo em marcha ré, acabou por colidir em outro veículo que se encontrava estacionado. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 1.200,00.
- 2) Veículo: MMC Pajero HPE 3.2 D; Ano/Modelo: 2011/2011; Descrição: abalroamento entre dois veículos durante perseguição de contrabandista. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 20.327,29.
- 3) Veículo: L-200 Triton GL/GLS/GLX/HPE/XB 4x4 3.2 Turbo DIESEL 4P; Ano/Modelo: 2013/2013; Descrição: durante operação rotineira, motorista de veículo oficial da 10ªRF, deslocando em estrada não pavimentada, teve sua dirigibilidade prejudicada pela poeira e, como consequência das condições da via, teve perda de aderência e veio a capotar em uma área plana, na lateral direita da via. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 72.023,00 (valor a ser indenizado, ainda em trâmite).

Apólice vigente de 24/09/2022 a 23/09/2023

- 1) Veículo: Ford Fusion SEL 2.3 16V GAS 4P; Ano/Modelo: 2007/2008; Descrição: motorista de veículo oficial da 10ªRF envolveu-se em acidente sem vítima do tipo colisão lateral. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 3.583,00.
- 2) Veículo: M.Benz/Accelo; Ano/Modelo: 2013/2013; Descrição: motorista de veículo oficial da 10ªRF envolveu-se em acidente sem vítima do tipo colisão traseira. Foram envolvidos dois veículos de terceiros. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 8.213,54. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 39.895,25.
- 3) Veículo: Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: colisão frontal com uma floreira. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 5.583,50.
- 4) Veículo: Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: motorista de veículo oficial da 10ªRF, ao conduzi-lo em marcha ré, acabou por colidir em um caminhão. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 721,25.
- 5) Veículo: Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: motorista de veículo oficial da 10ªRF, ao conduzi-lo em campos rurais, acabou por colidir com uma cerca elétrica. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 2.228,00.
- 6) Veículo: Compass Longitude F; Ano/Modelo: 2019/2019; Descrição: motorista de veículo oficial da 10ªRF envolveu-se em acidente sem vítima do tipo colisão lateral. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 14.392,16.

Apólice vigente de 18/10/2023 a 17/10/2024

- 1) Veículo: Toyota HILUX SWRXA4FD; Ano/Modelo: 2019/2019; Descrição: atropelamento de animal na pista. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 909,17.
- 2) Veículo: GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: motorista da viatura oficial, ao manobrar no estacionamento do posto de combustíveis atingiu de raspão o veículo ônix, causando um arranhão na parte traseira, próximo a sinaleira e para-choque. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 826,00.
- 3) Veículo: GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: abalroamento provocado pelo veículo caminhão trator scania P 340 A4x2, que se chocou ao manobrar, causando amassamento na porta traseira da viatura da RFB. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 3.114,67.
- 4) Veículos: 1) Mercedes-Benz Actros 2546 LS; Ano/Modelo: 2018/2019; CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 66.234,04; 2) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 189.335,65; 3) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 130.007,95; 4) VW 2018/VW/10160; Ano/Modelo: 2017/2018; CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 31.791,30; 5) Ford Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas; Ano/Modelo: 2005/2005; CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 18.000,00; 6) VW 17.280 CRM 4x2; Ano/Modelo: 2018/2019; CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 56.888,60; 7) VW 24.250 CLC 6x2; Ano/Modelo: 2011/2011; CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 31.546,75; 8) Mitsubishi L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros; Ano/Modelo: 2013/2013; CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 51.790,40; 9) Renault Master Grand Furgão L2H2; Ano/Modelo: 2014/2015; CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 65.928,97. Descrição: Veículos inundados pela enchente de maio 2024 no estado do Rio Grande do Sul.
- 5) Veículos com Perda Total devido à enchente: 1) VW Tiguan Allspace Comfortline; Ano/Modelo: 2018/2019; 2) Hyundai HB20S 1.6A Comf; Ano/Modelo: 2016/2016; 3) GM Onix 1.4MT LTZ; Ano/Modelo: 2015/2016; 4) Mercedes Benz Sprinter 515 Furgão E.L.T Alto 2.2; Ano/Modelo: 2013/2013. 5) Fiat Toro Freedom AT6; Ano/Modelo: 2019/2020; 6) Fiat Doblo Adventure 1.8; Ano/Modelo: 2012/2013; 7) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023. Descrição:

Veículos inundados pela enchente de maio 2024 no estado do Rio Grande do Sul. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: 100% da tabela FIPE.

6) Veículos em conserto devido à enchente: 1) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; 2) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; 3) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; 4) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; 5) GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; 6) Mitsubishi L200 Triton Sport GLS A; Ano/Modelo: 2023/2024; 7) Mitsubishi L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros; Ano/Modelo: 2012/2013; 8) Mitsubishi L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros; Ano/Modelo: 2013/2013; 9) Mitsubishi L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros; Ano/Modelo: 2013/2013; 10) Mitsubishi L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros; Ano/Modelo: 2013/2013; 11) Mercedes-Benz Sprinter 515 CDI; Ano/Modelo: 2014/2015; 12) Toyota Hilux 4 x 4; Ano/Modelo: 2017/2017. Descrição: Veículos inundados pela enchente de maio 2024 no estado do Rio Grande do Sul. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: Processos não concluídos até a presente data.

7) Veículo: GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: colisão com guard-rail devido a frenagem para não colidir com veículo que aquaplanou a frente. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 13.005,89.

8) Veículo: Toyota Corolla XEi 2.0 flex; Ano/Modelo: 2017/2018; Descrição: terceiro trafegava na via, momento em que segurado ao realizar troca de faixa, cortou a mão de direção do terceiro causando colisão traseira. Foi envolvido um veículo de terceiros. RCF – DANOS MATERIAIS - Valor Indenizado: R\$ 2.500,81. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 11.303,21.

9) Veículo: GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: a viatura da rfb trafegava na br quando uma bicicleta cruzou a frente e o motorista não conseguiu frear e colidiu com a bicicleta. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: Processo não concluídos até a presente data.

10) Veículo: GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: colisão com desnível na estrada causando problema na suspensão. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: Processo não concluídos até a presente data.

Apólice vigente de 12/12/2024 a 12/12/2025

1 Veículo: VW 15.180 CNM; Ano/Modelo: 2010/2011; Descrição: colisão envolvendo terceiros. Danos causados: espelho dos dois veículos, carroceria dos dois, lona e tampa do terceiro. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 48.634,16.

2) Veículo: GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: colisão. Danos causados: dianteira do veículo. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 2.207,63.

3) Veículo: GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: colisão envolvendo terceiro. Danos causados: dianteira dos dois veículos e traseira do terceiro. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 51.037,02.

4) Veículo: GM Trailblazer LT D4A; Ano/Modelo: 2022/2023; Descrição: colisão. Danos causados: para-choque traseiro. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 238,00.

5) Veículo: Hyundai HR HDB com baú; Ano/Modelo: 2013/2014; Descrição: colisão. Danos causados: parte superior direita da carroceria (baú) e suporte lateral do defletor de vento acima da cabine. CASCO (COMPREENSIVO) - Valor Indenizado: R\$ 1.629,00.

3.7. Da guarda e utilização dos veículos pela Administração

3.7.1 Os veículos permanecem recolhidos em estacionamentos privativos e fechados enquanto na repartição pública, como regra, no município correspondente ao respectivo veículo relacionado no Apêndice III deste Termo de Referência.

3.7.2 Não há previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal no período da vigência do contrato. No entanto, os veículos circulam em todo o Estado do Rio Grande do Sul a serviço, podendo, excepcionalmente, circularem também em outros Estados.

3.8. Do endosso e pagamento dos acréscimos e restituição

3.8.1 Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pela SRRF10/Dipol e processadas pela Seguradora Contratada durante a vigência do contrato, mediante endosso, aplicando-se as regras abaixo:

3.8.2 Os endossos serão formalizados mediante Termo de Apostilamento, por referirem-se à matéria disciplinada no contrato, tratando-se pois, de mera execução contratual.

3.8.3 Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s) durante o período da vigência da apólice, o valor do prêmio do veículo a ser incluído deverá ser semelhante ao valor do prêmio de veículo com características similares (valor do veículo e tipo de utilização) constantes na relação de veículos apresentada na proposta da Contratada.

3.8.4 Caso haja aumento do valor da apólice em razão do endosso, a SRRF10/Dipol providenciará o pagamento da diferença mediante a emissão de nota de empenho para esta finalidade, observando o limite legal máximo admitido na Lei nº 14.133/2021 de 25% do valor inicial contratado.

3.8.5 Havendo diminuição do valor da apólice, a Contratante terá o direito de crédito em face da Contratada, resultante da operação de endosso, cuja devolução da diferença será feita por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, que será emitida pela SRRF10/Dipol para a realização da operação pela Contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da emissão da GRU.

3.8.6 Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a Contratada deverá calcular pela média aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante as fórmulas:

$X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

3.8.7 O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela SRRF10/Dipol à Seguradora contratada do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

3.8.8 Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.



Ministério da
Fazenda



APÊNDICE II DO TERMO DE REFERÊNCIA

RELAÇÃO DE VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS

Nº	Unidade Administrativa	Tipo	Marca	Modelo	Ano Fab/ Mod	Combustível	Bônus Atual	Sinistro nos últimos 3 anos?	Chassis	Renavan	Outras características
1	Inspetoria em Porto Alegre Aeroporto	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Não	9BG156FK0PC406235	01320121427	Cor azul, 5 passageiros
2	Inspetoria em Porto Alegre Aeroporto	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Sim (2024)	9BG156FK0PC406264	01320121001	Cor azul, 5 passageiros
3	Inspetoria em Porto Alegre Aeroporto	Furgão	M. Benz	313 CDI SprinterF	2010/ 2011	Diesel	10	Não	8AC903662BE042404	00476315590	Cor branca 3 passageiros
4	Inspetoria em Porto Alegre Aeroporto	Automóvel	Fiat	Doblo ADV 1.8 Flex	2012/2013	Flex	10	Não	9BD119409D1102157	00504949977	Cor branca, 06 passageiros
5	Inspetoria em Porto Alegre Aeroporto	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69440	01345801634	Cor azul, 5 passageiros
6	Inspetoria em Porto Alegre Aeroporto	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Não	9BG156FK0PC405151	01318563841	Cor azul, 5 passageiros
7	Inspetoria em Porto Alegre Aeroporto	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/ 2013	Diesel	10	Não	93XJNKB8TDCD65145	00537526757	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

8	Alfândega em Porto Alegre	Automóvel	GM	Cruze LT NB AT	2022/2023	Álcool/ Gasolina	10	Não	8AGBB69S0PR113868	01344012687	Cor Azul 5 passageiros
9	Superintendência em Porto Alegre	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Sim (2024)	9BG156FK0PC404306	01320119864	Cor prata 5 passageiros
10	Superintendência em Porto Alegre	Van	Renault	MASTER SITNEI MI	2009/ 2010	Diesel	10	Não	93YCDDUH6AJ286160	00171231350	Cor prata 7 passageiros
11	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/ 2013	Diesel	10	Sim (2024)	93XJNKB8TDCD70457	00541842838	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)
12	Superintendência em Porto Alegre	Furgão	Renault	Master Grand Furgão L2H2	2014/ 2015	Diesel	10	Sim (2024)	93YMAF4MCFJ407692	01009252337	Cor prata 3 passageiros
13	Superintendência em Porto Alegre	Micro-ônibus	Mercedes-Benz	Sprinter 515 CDI	2014/2015	Diesel	9	Sim (2024)	8AC906657FE104312	1062640958	Cor branca, 21 passageiros
14	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão Guincho	VW	2018/VW/10160	2017/2018	Diesel	7	Sim (2024)	9531M62P1JR814611	01139060446	Cor branca Valor determinado: R\$ 125.695,00
15	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão	Mercedes-Benz	Actros 2546 LS	2018/2019	Diesel	10	Sim (2024)	9BM934251KS047719	1178963109	Cor branca, 3 passageiros
16	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/ 2013	Diesel	10	Sim (2024)	93XJNKB8TDCD65165	00537524398	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
17	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão	VW	VW 17.280 CRM 4x2	2018/2019	Diesel	10	Sim (2024)	953658243KR904770	01148370061	Cor branca, 3 passageiros, cabine estendida, carroceria com baú
18	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão	Mercedes Bens	Atego 2430	2019/2020	Diesel	5	Não	9BM958166LB163324	01217160199	Cor Branca

19	Superintendência em Porto Alegre	Semirreboque frigorífico	Ibiporã	Semirreboque frigorífico 3 eixos	2006/2006	---	4	Não	9A9CFF39361DV8156	00891245502	Cor branca Valor: R\$ 100.000,00
20	Superintendência em Porto Alegre	Utilitário	Toyota	HILUX SW4 SR 4X4, 5 passageiros, 4 portas	2012/2013	Diesel	5	Não	8AJYY52G9D6000101	488355826	Cor branca, 5 passageiros
21	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão com baú	VW	24.250 CLC 6x2	2011/2011	Diesel	1	Sim (2024)	9535N8244BR160351	00387185429	Cor branca 3 passageiros, baú de aproximadamente 70 m³ Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 10.000,00 (baú)
22	Superintendência em Porto Alegre	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Álcool/ Gasolina	10	Não	9BG156FK0PC425113	01335245739	Cor Prata 5 passageiros SEMI BLINDADA
23	Superintendência em Porto Alegre	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Álcool/ Gasolina	9	Sim (2025)	9BG156FK0PC452108	01335241733	Cor Prata 5 passageiros SEMI BLINDADA
24	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	VW	Amarok V6 Highline	2017/2018	Diesel	10	Não	WV1DA22H8JA022150	01145979006	Cor cinza 5 passageiros
25	Superintendência em Porto Alegre	Micro-ônibus	Renault	Master Bus16 DCI 114cv 4 portas	2005/2006	Diesel	10	Não	93YCDDUH56J676896	00876589395	Cor branca 9 passageiros
26	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão com baú	Ford	Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas	2005/2005	Diesel	10	Não	9BFYCN9T85BB55761	00866427570	Cor branca 3 passageiros 3 eixos baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)
27	Superintendência em Porto Alegre	Caminhão	Volkswagen	30.330 CRC 8X2	2022/2023	Diesel	4 (transferido do veículo ITY4B01)	-	9536Y8240PR004584	01298147520	Cor branca, 2 passageiros
28	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Toyota	HILUX CDSR A4FD	2023/2024	Diesel	8 (transferido do veículo IUI5C76)	-	8AJKA3CD0R3118596	01361910205	Cor prata, 5 passageiros BLINDADA

29	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	10	Não	93XJNKB8TDCD66273	00537275673	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
30	Superintendência em Porto Alegre	SUV	BMW	X1 S20I ACTIVEFLEX	2017/2018	Álcool / Gasolina	10 (transferido do veículo JBH3D85)	-	98MHS7007J4A60571	01135444681	Cor preta, 5 passageiros
31	Superintendência em Porto Alegre	Reboque	R/ MILTONB SB	BRASILIA CA	2025/2025	-	10 (transferido do veículo IRY7B30)	-	9A9CA01CPSBFB8089	01424438974	Cor azul Valor: R\$ 48.000,00
32	Superintendência em Porto Alegre	Caminhonete	Jeep	Renegade Sport At	2021/2021	Álcool / Gasolina	9 (transferido do veículo ZG2G04)	-	98861115XMK423661	01273087310	Cor preta, 5 passageiros
33	Superintendência em Porto Alegre Espei10	Automóvel	Hyundai	Creta Sport 2.0	2017/2018	Álcool / Gasolina	10 (transferido do veículo IUK2607)	-	9BHGB813BJP055809	01150657771	Cor branca, 5 passageiros
34	Superintendência em Porto Alegre - Espei10	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	10	Sim (2024)	93XJNKB8TDCC63925	00507764684	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
35	Superintendência em Porto Alegre Espei10	Caminhonete	Fiat	Doblô Adventure 1.8 Flex	2012/2013	Álcool/ Gasolina	10	Não	9BD119409D1102187	00503987697	Cor branca 6 pasageiros
36	Superintendência em Porto Alegre - Espei10	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport HPE	2018/2019	Diesel	7 (transferido do veículo ZH1F72)	-	93XHYKL1TKCJ11559	01158707310	Cor prata 5 passageiros

37	Superintendência em Porto Alegre Direp	Automóvel	Honda	Civic EXS	2012/2012	Álcool/Gasolina	10	Não	93HFB2680CZ215055	00463113640	Cor branca 5 passageiros
38	Superintendência em Porto Alegre Direp	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Sim (2024)	93XSYKL1TRCP70923	01350681277	Cor azul, 5 passageiros
39	Superintendência em Porto Alegre Direp	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Sim (2024)	9BG156FK0PC406221		Cor azul, 5 passageiros
40	Superintendência em Porto Alegre Direp	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Sim (2024)	9BG156FK0PC406211	01320122563	Cor azul, 5 passageiros
41	Superintendência em Porto Alegre Direp	Automóvel	GM	Cruze LT NB AT	2022/2023	Álcool/Gasolina	10	Não	8AGBB69S0PR118417	01344055203	Cor Azul 5 passageiros
42	Superintendência em Porto Alegre Direp	Automóvel	GM	Prisma 1.4	2013/2013	Álcool / Gasolina	10	Não	9BGKS69L0DG290096	00532809157	Cor branca 5 passageiros
43	Superintendência em Porto Alegre Direp	Camioneta	Hyundai	IX35 GL	2018/2019	Álcool/Gasolina	0	-	95PJV81DBKB056678	01152671941	Cor branca, 5 passageiros, 167 cv,
44	Superintendência em Porto Alegre Direp	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Não	9BG156FK0PC417902	01338644170	Cor azul, 5 passageiros
45	Superintendência em Porto Alegre Direp	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC416935	01335268143	Cor azul, 5 passageiros
46	Superintendência em Porto Alegre Direp	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Não	9BG156FK0PC417909	01337502747	Cor azul, 5 passageiros
47	Superintendência em Porto Alegre Direp	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69258	01345856935	Cor azul, 5 passageiros
48	Superintendência em Porto Alegre Direp	Furgão	Citroen	Jumpy Furgo Pack 1.6	2021/2022	Diesel	2	Não	9V7VBBHXGNA800417	01270527271	Cor branca, 3 passageiros

49	Superintendência em Porto Alegre Direp	Caminhonete	Toyota	Hilux CDSRVA4FD	2019/2020	Diesel	10	Não	8AJHA3CD1L2085924	1204174412	Cor branca, 5 passageiros
50	Delegacia em Novo Hamburgo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	10	Não	93XJNKB8TDCD65197	00541870777	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
51	Delegacia em Novo Hamburgo	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	10	Não	93XJNKB8TDCD65172	00541866508	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
52	Delegacia em Novo Hamburgo	Automóvel	Renault	Fluence, 2.0, 143 cv, 4 portas	2013/2014	Álcool/Gasolina	8	Não	8A1LZBW26EL746460	0587920335	Cor prata, 5 passageiros
53	Delegacia Novo Hamburgo	Automóvel	Renault	Captur Intense 20A	2019/2020	Álcool/Gasolina	10	Não	93YRHAL44LJ173591	1208527247	Cor prata 5 passageiros
54	Delegacia em Novo Hamburgo	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLSA	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP70955	01351466795	Cor azul, 5 passageiros
55	Delegacia em Novo Hamburgo	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC417873	01335309753	Cor azul, 5 passageiros
56	Delegacia em Novo Hamburgo	Furgão	Fiat	Ducato Multi, capacidade 1,53 toneladas, 4 portas	2011/2012	Diesel	10	Não	93W245H34C2091703	00451544382	Cor branca, 3 passageiros, carroceria furgão
57	Agência em Santa Cruz do Sul	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	10	Não	93XJNKB8TDCD65253	00537788069	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD

58	Agência em Santa Cruz do Sul	Caminhão com baú	VW	VW 15.180 CNM, 180cv, 2 portas, PBT 15,0 Ton	2010/ 2011	Diesel	9	Sim (2025)	953468233BR111710	00332660826	Cor branca 3 passageiros 3 eixos baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)
59	Agência em Santa Cruz do Sul	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/ 2013	Diesel	10	Não	93XJNKB8TDCD65188	00540242560	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
60	Agência em Santa Cruz do Sul	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Sport GLS	2023/2024	Diesel	0	Não	93XSYKL1TRCP69300	01345667598	Cor azul, 5 passageiros
61	Delegacia em Caxias do Sul	Furgão	Renault	Master 11m3 25DCI 114cv 4 portas furgão	2005/ 2006	Diesel	10	Não	93YADCUH56J664777	00874157234	Cor branca 3 passageiros
62	Delegacia em Caxias do Sul	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC405818	01318258852	Cor azul, 5 passageiros
63	Delegacia em Caxias do Sul	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71079	01352103068	Cor azul, 5 passageiros
64	Delegacia em Caxias do Sul	Automóvel	Fiat	Fastback Impetus	2024/2025	Álcool/ Gasolina	0	-	9BD376AX1SYB95931	01413218781	Cor branca, 5 passageiros
65	Agência em Passo Fundo	Automóvel	GM	Cruze LT NB AT 1.4 16 V Ecotec Turbo Flex 4P	2017/ 2017	Álcool / Gasolina	10	Não	8AGBB69S0HR151457	01124070394	Cor prata, 5 pas-sageiros, 153 cv
66	Agência em Passo Fundo	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	2	Não	93XSYKL1TRCP69312	01345664599	Cor azul, 5 passageiros
67	Agência em Passo Fundo	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC420161	01338058220	Cor azul, 5 passageiros

68	Agência em Passo Fundo	Furgão	Citroen	Jumpy	2019/ 2020	Diesel	10	Não	9V7VBBHXGLA001959	01212352332	Cor branca
69	Agência em Passo Fundo	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC405829	01318257848	Cor azul, 5 passageiros
70	Agência em Passo Fundo	Caminhonete	Fiat	Toro Freedom AT	2017/2017	Álcool/ Gasolina	10	Não	988226117HKB28964	1118230024	Cor branca, 5 passageiros
71	Agência em Passo Fundo	Caminhão com baú	Volkswa gen	11.180 DRC 4x2	2021/2022	Diesel	0	Não	9535V6TB2NR031112	01284084709	Cor branca, 3 passageiros baú de alumínio de ----- m³
72	Agência em Passo Fundo	Caminhão	Ford	Cargo 815 E	2010/2011	Diesel	0	Não	9BFVCE1N0BBB66006	00257232303	Cor branca, 3 passageiros
73	Agência em Passo Fundo	Caminhão	M. Benz	Atego 2426 CE	2022/2023	Diesel	0	-	9BM958164PB286135	01331163991	Cor azul, 2 passageiros
74	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhão com baú	Ford	Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas	2005/ 2005	Diesel	10	Não	9BFYCN9T65BB57198	00866426256	Cor branca 3 passageiros 3 eixos baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)
75	Delegacia em Santo Ângelo	Furgão	Renault	Master Sitnei MI	2013/ 2014	Diesel	10	Não	93YMAF4MAEJ776298	00566926350	Cor branca, 3 passageiros
76	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhão com baú	Mercedes Benz	915C	2011/ 2012	Diesel	10	Não	9BM979048CB847136	00450593983	Cor vermelha 03 passageiros Plataforma guincho Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 40.000,00 (plataforma guincho)
77	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhão com baú	Mercedes Benz	ATEGO 2430	2019/2020	Diesel	10	Não	9BM958166LB164838	01223337038	VERMELHA baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio
78	Delegacia em Santo Ângelo	Utilitário	Toyota	HILUX SW4 SRV4X4, 7 passageiros, 4 portas	2010/ 2010	Diesel	10	Não	8AJYZ59G3A3039797	00195778111	Cor prata

79	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Fiat	Toro Volcano AT9 D4	2021/2021	Álcool/ Gasolina	10	Não	98822617CMKD76002	01255369989	Cor prata, 5 passageiros
80	Delegacia em Santo Ângelo	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Não	9BG156FK0PC405824	01318260091	Cor azul, 5 passageiros
81	Delegacia em Santo Ângelo	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Não	9BG156FK0PC406497	01330487360	Cor azul, 5 passageiros
82	Delegacia em Santo Ângelo	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Sim (2023)	9BG156FK0PC418616	01335228060	Cor azul, 5 passageiros
83	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71167	01352098080	Cor azul, 5 passageiros
84	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71180	01352099699	Cor azul, 5 passageiros
85	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71043	01352101260	Cor azul, 5 passageiros
86	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Chevrolet/ GM	S10 High Country DD4A cabine dupla	2021/2022	Diesel	0	Não	9BG148PK0NC402820	01264854045	Cor branca, 5 passageiros
87	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete	Fiat	Toro Ranch AT9	2021/2022	Diesel	0	Não	9882261WHNKE14891	01271191668	Cor branca, 5 passageiros
88	Delegacia em Santo Ângelo	Caminhonete/ Furgão	Renault	Master Furgão L2H2	2021/2022	Diesel	0	Não	93YMAFEXCNJ951147	01270100430	Cor branca, 3 passageiros
89	Delegacia em Pelotas	Automóvel	GM	Cobalt LTZ 18A	2019/2019	Flex	10	Não	9BGJC6920KB213114	01187310155	Cor prata, 5 passageiros
90	Delegacia em Pelotas	Caminhão com baú	Ford	Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas	2005/ 2005	Diesel	10	Não	9BFYCN9T75BB56996	00866423508	Cor branca 3 passageiros 3 eixos baú de aproximadamente 45 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú)

91	Delegacia em Pelotas	Caminhão	VW	8.120	2005/ 2005	Diesel	8	Não	9BWAC52RX5R512667	00853520720	Cor branca 3 passageiros plataforma para veículos
92	Delegacia em Pelotas	Camioneta	Fiat	Ducato M Jaedi Mis	2013/ 2014	Diesel	10	Não	93W245H34E2115964	00547651414	Cor prata 9 passageiros
93	Delegacia em Pelotas	Automóvel	GM	Ônix Plus 10TAT LT1	2019/2020	Álcool /Gasolina	10	Não	9BGEB69H0LG131048	01213815760	Cor branca 5 passageiros
94	Delegacia em Pelotas	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Sim (2024)	9BG156FK0PC407009	01321386505	Cor azul, 5 passageiros
95	Delegacia em Pelotas	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Não	9BG156FK0PC406026	01319990280	Cor azul, 5 passageiros
96	Delegacia em Pelotas	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Não	9BG156FK0PC406010	01319990662	Cor azul, 5 passageiros
97	Delegacia em Pelotas	Automóvel	Toyota	Corolla XEi 2.0 flex	2017/2018	Flex	1	Sim (2024)	9BRBD3HE3J0369430	01130741483	Cor preta, 5 passageiros
98	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69415	01345855998	Cor azul, 5 passageiros
99	Delegacia em Pelotas	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69477	01345853502	Cor azul, 5 passageiros
100	Delegacia em Pelotas	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Não	9BG156FK0PC417840	01338644944	Cor azul, 5 passageiros
101	Delegacia em Pelotas	Automóvel	GM	Cruze LT NB AT	2022/2023	Álcool/ Gasolina	10	Não	8AGBB69S0PR118362	01344051682	Cor Azul 5 passageiros

102	Delegacia em Pelotas - IRF Bagé	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	10	Não	93XJNKB8TDCC63568	00506925951	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
103	Delegacia em Pelotas - IRF Bagé	Caminhonete	Fiat	Toro Endurance	2019/2019	Álcool/ Gasolina	10	Não	9882261CXKKC44489	01180934919	Cor Branca 5 Passageiros
104	Delegacia em Pelotas - IRF Bagé	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC417679	01335365432	Cor azul, 5 passageiros
105	Delegacia em Pelotas – IRF Bagé	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Não	9BG156FK0PC405980	01318491581	Cor azul, 5 passageiros
106	Delegacia em Pelotas – IRF Bagé	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Sim (2022)	9BG156FK0PC405997	01318493843	Cor azul, 5 passageiros
107	Delegacia em Pelotas – IRF Bagé	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69452	01345798919	Cor azul, 5 passageiros
108	Delegacia em Pelotas – IRF Bagé	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69243	01345800379	Cor azul, 5 passageiros
109	Delegacia em Pelotas – IRF Bagé	Automóvel	Fiat	Palio Weekend Adventure 1.8	2012/2013	Flex	2	Não	9BD373175D5024045	00504761668	Cor branca, 5 passageiros
110	Delegacia em Pelotas – IRF Jaguarão	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Sim (2024)	9BG156FK0PC405998	01319991065	Cor azul, 5 passageiros
111	Delegacia em Pelotas – IRF Jaguarão	Automóvel	FIAT	Gran siena 1.6	2013/2013	Álcool / Gasolina	10	Não	9BD197163D3075409	00525945229	Cor BRANCA 5 passageiros

112	Delegacia em Pelotas- IRF Jaguarão	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69337	01345858202	Cor azul, 5 passageiros
113	Delegacia em Pelotas - IRF Jaguarão	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69317	01345855017	Cor azul, 5 passageiros
114	Delegacia em Pelotas - IRF Jaguarão	Caminhonete	Fiat	Toro Endurance ATD4	2020/2021	Diesel	2	Não	9882261N5MKD69523	01254047139	Cor branca, 5 passageiros
115	Delegacia em Pelotas - IRF Jaguarão	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC417672	01335370045	Cor azul, 5 passageiros
116	Delegacia em Pelotas – IRF Jaguarão	Caminhonete	GM	Montana LS	2013/2014	Álcool/ Gasolina	10	Não	9BGCA80X0EB218879	00594800293	Cor prata 2 passageiros
117	Alfândega em Rio Grande	Furgão	Mercedes Benz	313 CDI, Sprinterf G62Q, 129 cv	2010/2011	Diesel	10	Não	8AC903662BE042157	00476861942	Cor branca SCANNER
118	Alfândega em Rio Grande	Automóvel	Fiat	Palio WK Adven Flex	2012/2013	Álcool/ Gasolina	8	Não	9BD373175D5024050	00504411446	Cor branca 5 passageiros
119	Alfândega em Rio Grande	Veículo urbano de carga	Hyundai	HR HDB com baú	2013/2014	Diesel	9	Sim (2025)	95PZBN7KPEB057938	1048352452	Cor branca 2 passageiros Valor: 100% FIPE + R\$ 4.835,00 do baú
120	Alfândega em Rio Grande	Caminhonete	GM	S10 LT DD2A	2014/2015	Diesel	10	Não	9BG148EK0FC413644	01037080952	Cor BRANCA 5 passageiros
121	Alfândega em Rio Grande	Camionete	FORD	Ranger	2021/2020	Diesel	8	Não	8AFAR23N7MJ216594	01248751555	Cor branca, air bag , 5 passageiros, ar, direção hidráulica
122	Alfândega em Rio Grande	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Não	9BG156FK0PC405227	01318563329	Cor azul, 5 passageiros
123	Alfândega em Rio Grande	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Não	9BG156FK0PC406055	01318562993	Cor azul, 5 passageiros

124	Alfândega em Rio Grande	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Sim (2024)	9BG156FK0PC406041	01318564066	Cor azul, 5 passageiros
125	Alfândega em Rio Grande	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Não	9BG156FK0PC406713	01321430954	Cor azul, 5 passageiros
126	Alfândega em Rio Grande	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	2	Não	9BG156FK0PC417908	01337501287	Cor azul, 5 passageiros
127	Alfândega em Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69325	01345850228	Cor azul, 5 passageiros
128	Alfândega em Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota de fibra, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2013/2013	Diesel	10	Não	93XJNKB8TDCD65196	00537933891	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD Valor: 100% FIPE (caminhonete) + R\$ 4.835,00 (capota de fibra)
129	Alfândega em Rio Grande	Automóvel	FORD	ECOSPORT SE 1.6	2015/2015	Álcool / Gasolina	10	Não	9BFZB55PXF8544591	01056446932	Cor branca 5 passageiros
130	Alfândega em Rio Grande	SUV	Honda	HRV EX CVT	2015/2016	Álcool/ Gasolina	0	-	8C3RV2850G1103467	01068552929	Cor prata, 5 passageiros
131	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Caminhonete/ Furgão	Fiat	Fiorino 1.4 Flex	2014/2014	Álcool/ Gasolina	10	Não	9BD265122E9004376	01000205786	Cor branca 2 passageiros
132	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Automóvel	GM	COBALT1.4 LTZ	2015/2015	Álcool / Gasolina	10	Não	9BGJC6930FB229014	01080789003	Cor BRANCA 5 passageiros

133	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406042	01318563582	Cor azul, 5 passageiros
134	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	9	Não	93XSYKL1TRCP69464	01345851607	Cor azul, 5 passageiros
135	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Automovel	Honda	City EXL CVT	2016/2016	Álcool/ Gasolina	10	Não	93HGM6690GZ207688	0109242857	Cor Cinza, 5 Passageiros
136	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/ 2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP70967	01350663511	Cor Azul, 5 Passageiros
137	Inspetoria em Chuí jurisdicionada pela Alfândega do Porto do Rio Grande	Caminhonete	Hyundai	Tucson GLSB	2017/2018	Álcool /Gasolina	3	Não	95PJN81EPJB106012	01147031620	Cor prata 5 passageiros

138	Delegacia em Santa Maria	Caminhão com baú	Ford	Cargo 2422T 23,0PBT 8270cc 2 portas	2005/ 2005	Diesel	10	Não	9BFYCN9T25BB57148	00866422579	Cor branca 3 passageiros 3 eixos caminhão de transporte de veículo – CTV (cegonha), capacidade de transporte de 7 veículos Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 80.839,00 (carroceria) Dimensões: 14m Comp./ 2,65m Larg./ 3,8m Alt.c/veículos
139	Delegacia em Santa Maria	Caminhão	Mercedes Benz	M.BENZ/ACCELO 1016	2013/ 2013	Diesel	9	Sim (2023)	9BM979076DS012982	00588417912	Cor branca, 3 passageiros, 156 cv, guincho prancha móvel op. 2,40mX6,00m Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 48.266,60 (prancha móvel)
140	Delegacia em Santa Maria	Caminhão	Mercedes Benz	M.BENZ/ATEGO 2425	2011/ 2011	Diesel	10	Não	9BM958096BB799230	00343537877	Cor vermelha, 2 passageiros, 245 cv, quatro eixos, sendo dois direcionais baú de aproximadamente 42 m³ em alumínio Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.000,00 (baú) Dimensões baú: 8,5m Comp./ 2,5m Larg./ 2,3m Altura 48,875m3
141	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Fiat	Toro Volcano AT	2016/2017	Diesel	10	Não	988226175HKA65661	01088660549	Cor prata, 5 passageiros
142	Delegacia em Santa Maria	Automóvel	Nissan	Kicks SV CVT	2019/ 2020	Álcool/ Gasolina	3	Não	94DFCAP15LB205722	01194937206	Cor prata, 5 passageiros
143	Delegacia em Santa Maria	SUV	Jeep	Compass Longitude flex	2019/2019	Flex	1	Sim (2022)	98867512WKKJ67304	01197145220	Cor cinza, 5 passageiros

144	Delegacia em Santa Maria	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406068	01318137761	Cor azul, 5 passageiros
145	Delegacia em Santa Maria	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406074	01318140452	Cor azul, 5 passageiros
146	Delegacia em Santa Maria	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406512	01320764557	Cor azul, 5 passageiros
147	Delegacia em Santa Maria	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2025)	9BG156FK0PC406285	01324017063	Cor azul, 5 passageiros
148	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP69238	01345802762	Cor azul, 5 passageiros
149	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71027	01352843274	Cor azul, 5 passageiros
150	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP70986	01352846400	Cor azul, 5 passageiros
151	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	10	Não	93XJNKB8TDCD64563	00508559030	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
152	Delegacia em Santa Maria	Caminhão com baú (laterais com fechamento em lona)	Scania	P320 B 8x2	2019/2019	Diesel	1	Não	9BSP8X200K3956004	01203898883	Cor dourada, 3 passageiros, valor baú???
153	Delegacia em Santa Maria	Automóvel	GM	Cruze LT NB AT	2022/2023	Álcool/ Gasolina	10	Não	8AGBB69S0PR118392	01344054037	Cor Azul 5 passageiros
154	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete/ Furgão	Mercedes-Benz	416 CDI Sprinter F	2021/2022	Diesel	0	Não	BAC907643NE203765	01274448899	Cor azul, 3 passageiros
155	Delegacia em Santa Maria	SUV	Chevrolet/ GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Não	9BG156FK0PC420156	01345871373	Cor azul, 5 passageiros
156	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	VW	Amarok V6	2018/2019	Diesel	10	Não	WV1DA22H9KA011207	01174140515	Cor Preta 5 passageiros

157	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete	Toyota	Hilux SW4 SRV 4x4, 171CV/2982	2014/2014	Diesel	10	Não	8AJYY59G8E6522175	01008238187	Cor Branca, 5 Passageiros, AirBag, Ar, Direção Hidr, ABS
158	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhonete	Mitsubishi	L-200 Triton GL, 4 portas, cabine dupla, capota marítima, 170 cv, tração 4x4, alarme à distância e vidros elétricos dianteiros e traseiros	2012/2013	Diesel	9	Não	93XJNKB8TDCC63935	00525113975	Cor prata, air bag duplo, 5 passageiros, ar, direção hidráulica, ABS com EBD
159	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhão com baú	IVECO	DAYLY 7013 CC 125cv, 2 portas	2006/2006	Diesel	10	Não	93ZC6690168322876	00904401472	Cor branca, 3 passageiros baú de aproximadamente 20 m3 Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 6.000,00 (baú)
160	Inspetoria em Santana do Livramento	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2023)	9BG156FK0PC406079	01318834578	Cor azul, 5 passageiros
161	Inspetoria em Santana do Livramento	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC407291	01321232591	Cor azul, 5 passageiros
162	Inspetoria em Santana do Livramento	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406971	01321272097	Cor azul, 5 passageiros
163	Inspetoria em Santana do Livramento	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC417833	01335283495	Cor azul, 5 passageiros
164	Inspetoria em Santana do Livramento	Automóvel	Toyota	Corolla GLi Upper	2018/2019	Álcool/Gasolina	3	Não	9BRBL3HE9K0166983	01164217906	Cor branca, 5 Passageiros
165	Inspetoria em Santana do Livramento	Automóvel	Fiat	Doblô ADV 1.8 Flex	2012/2013	Álcool/Gasolina	10	Não	9BD119409D1102195	00505961806	Cor branca, 5 Passageiros
166	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhonete	Renault	Duster 16D 4x2	2012/2013	Gasolina	10	Não	93YHSR6P5DJ523606	00503993522	Cor cinza, 5 passageiros

167	Inspetoria em Santana do Livramento	Caminhonete (furgão)	Fiat	FIAT/DUCATO CARGO	2015/2016	Diesel	10	Não	93W244F2RG2154435	01054970790	Cor branca, 3 passageiros, 127 cv
168	Alfândega em Uruguaiana	Micro-ônibus	Renault	Master Bus16 DCI 114cv 2463cc 4 portas	2005/2006	Diesel	10	Não	93YCDDUH56J679019	00876570384	Cor branca 9 passageiros
169	Alfândega em Uruguaiana	Caminhonete	TOYOTA	Hilux / CD 4X4 SR, 4 portas	2011/2011	Diesel	10	Não	8AJFZ22G2B5017229	00337839387	Cor prata 5 passageiros
170	Alfândega em Uruguaiana	Mis/Utilitari/Jipe	TOYOTA	Hilux / SW4 SRV4x4, 4 portas/	2013/ 2013	Diesel	10	Não	MROYZ59G8D1129783	01127813924	Cor prata 5 passageiros
171	Alfândega em Uruguaiana	Caminhão com baú	M.Benz L 1620	L 1620, Caminhão/ baú alumínio fechado / 23,00PBT / 3P	2007/2007	Diesel	10	Não	9BM6953047B522485	00919760503	3 EIXOS /CMT:32T Cor branca 3 passageiros baú de aproximadamente 50 m³ Valor: 100% FIPE (caminhão) + R\$ 8.500,00 (baú)
172	Alfândega em Uruguaiana	Caminhão sem baú	FORD/ F350G	F 350 G Caminhão/carroceria aberta, 3.920 cc	2008/2008	Diesel	10	Não	9BFJF37998B056422	00970398557	4,50 PBT/3P Cor prata
173	Alfândega em Uruguaiana	Automóvel	FORD	KA/SE 1.0 HA B	2017/2018	Álcool/ Gasolina	10	Não	9BFZH55L3J8059097	01132076550	Cor vermelha 5 passageiros
174	Alfândega em Uruguaiana	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406080	01318708408	Cor azul, 5 passageiros
175	Alfândega em Uruguaiana	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406056	01318710224	Cor azul, 5 passageiros
176	Alfândega em Uruguaiana	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406091	01318712430	Cor azul, 5 passageiros
177	Alfândega em Uruguaiana	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406097	01318713231	Cor azul, 5 passageiros
178	Alfândega em Uruguaiana	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406086	01318714254	Cor azul, 5 passageiros

179	Alfândega em Uruguiana	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406061	01318714971	Cor azul, 5 passageiros
180	Alfândega em Uruguiana	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Não	9BG156FK0PC406085	01318715595	Cor azul, 5 passageiros
181	Alfândega em Uruguiana	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	0	Sim (2025)	9BG156FK0PC406303	01321248781	Cor azul, 5 passageiros
182	Alfândega em Uruguiana	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	1	Sim (2023)	9BG156FK0PC406448	01321278265	Cor azul, 5 passageiros
183	Alfândega em Uruguiana	Automóvel	GM	Onix Joy 10MT	2019/2019	Flex	1	Não	9BGKL48U0KB238983	01193331452	Cor branca, 5 passageiros
184	Alfândega em Uruguiana	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC418142	01338665186	Cor azul, 5 passageiros
185	Alfândega em Uruguiana	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC418627	01338665526	Cor azul, 5 passageiros
186	Alfândega em Uruguiana	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC418088	01338665461	Cor azul, 5 passageiros
187	Alfândega em Uruguiana	SUV	GM	Trailblazer LT D4A	2022/2023	Diesel	10	Não	9BG156FK0PC418143	01338666751	Cor azul, 5 passageiros
188	Alfândega em Uruguiana	Automóvel	Ford	FUSION, 2.294 cc, 4 portas	2007/2008	Gasolina	9	Sim (2023)	3FAHP08Z48R182465	00959978771	Cor preta 5 passageiros
189	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71226	01352847598	Cor azul, 5 passageiros
190	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71250	01352848500	Cor azul, 5 passageiros
191	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71294	01352849400	Cor azul, 5 passageiros
192	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71304	01352855027	Cor azul, 5 passageiros
193	Alfândega em Uruguiana	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71312	01352856872	Cor azul, 5 passageiros

194	Alfândega em Uruguaiana	Caminhonete	Mitsubishi	L200 Triton Sport GLS A	2023/2024	Diesel	10	Não	93XSYKL1TRCP71317	01352850190	Cor azul, 5 passageiros
195	Alfândega em Uruguaiana	Caminhão com baú	Mercedes Benz	812D	1998/1998	Diesel	10	-	WDB670323WNO78860	07332934885	Cor branca, 3 passageiros baú de alumínio de 32m³
196	Alfândega em Uruguaiana	Automóvel	FORD	FC 1.6	2010/2011	FLEX	10	-	8AFUZZFFCBJ391241	0280010621	Cor branco, 5 passageiros
197	Alfândega em Uruguaiana	Caminhonete	Jeep	Renegade 1.8 autom.	2021/2021	Álcool/ Gasolina	0	-	98861118XMK389927	01259611954	Cor prata, 5 passageiros
198	Delegacia em Santa Maria	Caminhonete/ Furgão	Fiat	Scudo Cargo TD	2022/2023	Diesel	0	-	9VCVBYHVEPA001397	01303506707	Cor branca, 3 passageiros



**Ministério da
Fazenda**



APÊNDICE III DO TERMO DE REFERÊNCIA

RELAÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA 10ª REGIÃO FISCAL

UNIDADE ADMINISTRATIVA	Endereço	CEP	Cidade	Número de Telefone do Chefe do Sepol/Sapol	E-mail para Contato
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal	Av. Loureiro da Silva, nº 445, 5º andar, sala 525. Centro	90013-900	Porto Alegre - RS	(51) 3290-4243 ou 3290-4210	saconsrrf10.rs@rfb.gov.br
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul	Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150. Rio Branco	95010-902	Caxias do Sul- RS	(54) 3290-3513	vinicius.fraga@rfb.gov.br
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo	Rua Júlio Aichinger, 694. Pátria Nova	93410-140	Novo Hamburgo- RS	(51) 3594-0796	luiza.correa@rfb.gov.br
Agência da Receita Federal do Brasil em Passo Fundo	Rua Paissandu, nº 753. Centro	99010-100	Passo Fundo- RS	(54) 3316-9600	vinicius.fraga@rfb.gov.br contratosdrfpfo.rs@rfb.gov.br
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Pelotas	R. Prof. Araújo, 216. Centro	96020-360	Pelotas- RS	(53)3310-6100	joelci.cunha@rfb.gov.br drfpel.rs@rfb.gov.br
Agência da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul	Rua Gaspar Silveira Martins, nº 1130 - Higienópolis . Centro	96825-002	Santa Cruz do Sul- RS	(51) 2106-9200	luiza.correa@rfb.gov.br
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Maria	Rua Riachuelo, nº 80. Centro	97050-010	Santa Maria- RS	(55) 3304-3177	diogenes.carvalho@rfb.gov.br mauricio.beck@rfb.gov.br
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo Ângelo	Av. Brasil, nº 1400. Centro	98801-590	Santo Ângelo- RS	(55) 3312 0208	vinicius.fraga@rfb.gov.br mucio.junior@rfb.gov.br alexius.furst@rfb.gov.br
Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana	R. Cônsul Antônio Mary Ulrich, nº 1149 – 2º andar- sala 206. Centro	97501-598	Uruguaiana- RS	(55) 3412-7740	paulo-heron.inda@rfb.gov.br elis.vicosa@rfb.gov.br
Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí	BR 471 – km 650.	96255-000	Chuí- RS	(53) 3265-1077 Ramal: 1025	joelci.cunha@rfb.gov.br

Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Santana do Livramento	Av. João Belchior Goulart, nº 15 – 2º andar . Centro	97574-001	Santana do Livramento-RS	(55) 3242-2685 ou 3242-5400 Ramal: 215	edgar.maciell@rfb.gov.br
Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto do Rio Grande	Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 300. Centro	96200-380	Rio Grande-RS	(53) 3234-4400 Ramal: 4420	joelci.cunha@rfb.gov.br

MINISTÉRIO DA
FAZENDASUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Processo: 11000.748337/2025-84
Interessado: SRRF10/Dipol
Assunto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de seguro para a frota de veículos oficiais

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Contratação de serviço de seguro para os veículos oficiais da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e demais unidades administrativas da 10ª Região Fiscal.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Número do Processo: 11000.748337/2025-84

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Equipe de Planejamento da contratação justificou exaustivamente (documento nº 06 - Estudos Técnicos Preliminares) a necessidade de contratação de serviço de seguro dos veículos oficiais da 10ª Região Fiscal, as quais constam também no documento nº 08 – Termo de Referência, não sendo reproduzidas novamente nesse documento por não interferirem na formulação das propostas.

2.2. Os serviços objeto da presente contratação, são fundamentais para manutenção das condições necessárias para que a RFB desempenhe suas funções institucionais, tratando-se a presente contratação de serviço essencial e de relevante interesse público.

2.3. O dimensionamento do quantitativo de veículos foi obtido com base no levantamento de veículos pertencentes às unidades administrativas da 10ª Região Fiscal já segurados na contratação anterior e na atualização da relação de veículos cadastrada, de acordo com alterações na composição da frota.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Divisão de Programação e Logística da 10ª RF – Dipol
Responsável	André Luís Souza da Silva - Chefe da Dipol

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

4.1. São os seguintes os requisitos necessários e suficientes à escolha da solução:

4.1.1. Prestação de serviço de seguro para os veículos oficiais da frota desta Superintendência e de todas as unidades administrativas da 10ª Região Fiscal, nas quantidades e condições definidas no Termo de Referência.

4.1.2. A execução do objeto da contratação deverá estar em consonância com a legislação vigente em relação ao tema, especialmente às normas enumeradas na introdução desse documento.

4.1.3. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina onde serão prestados os serviços, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, as quais serão detalhadas no Termo de Referência.

4.1.4. Esclarecemos que os únicos itens que compõe, atualmente, o Catálogo Eletrônico de Padronização, do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP são: água mineral natural (sem gás), café e açúcar, motivo pelo qual sua utilização se torna inviável na presente licitação.

4.1.5. Não será exigida da licitante vencedora a prestação de garantia para o cumprimento da execução, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelos seguintes motivos:

- a) No presente caso, o objeto da contratação não representa um potencial risco à Administração, como, por exemplo, ocorre na prestação de serviços continuados de mão de obra, em que é possível uma eventual responsabilização da contratante por obrigações trabalhistas da contratada; e
- b) Ampliação da competição em face de não existência de custos para celebração do contrato.

4.2. Definição das produtividades adotadas

4.2.1. Não se aplica ao objeto em análise.

4.3. Critérios e práticas de sustentabilidade

4.3.1. O **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - GNCS/outubro/2025 (8ª edição)**, instrumento aprovado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade e pela Consultoria-Geral da União/AGU para fomento do desenvolvimento por meio de padrões de produção e consumo sustentáveis no âmbito da Administração Pública, não apresenta, de forma específica, critérios de sustentabilidade para o objeto da presente contratação.

4.3.2. A Portaria RFB nº 502, de 2024 determinou a adoção do **Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)** – versão 2024-2026, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

4.3.3. O PLS-MGI estabelece diretrizes de gestão estratégica da logística e das contratações voltadas às práticas sustentáveis, quais sejam:

- *As contratações serão orientadas por critérios ambientais, fomentando a eficiência energética, a gestão de resíduos, a redução de emissões de gases de efeito estufa e o uso responsável de recursos.*
- *Os critérios de sustentabilidade devem ser considerados desde a fase de planejamento da contratação, inclusive na documentação técnica, preservando a competitividade do processo.*
- *Na concepção do produto ou serviço a ser contratado, deverão ser consideradas as especificações que contenham critérios e práticas de sustentabilidade abrangendo toda a cadeia produtiva, desde a extração ou fabricação, transporte, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.*
- *A ocupação dos espaços físicos deve ser planejada e executada considerando critérios de sustentabilidade ambiental e econômica.*
- *As contratações e a logística devem buscar fomentar o desenvolvimento contínuo de tecnologias eficientes e inovadoras.*
- *Estabelecer, nos processos licitatórios e quando possível, margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais que atendem a normas técnicas brasileiras ou para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.*

- *Avaliar nos processos licitatórios, quando possível, a possibilidade de contratação de fornecedores que pratiquem critérios de responsabilidade social corporativa, de inclusão e apoio à diversidade, e de condições de gestão humanizada de seus colaboradores.*
- *Ações de divulgação, conscientização e formação no tema da sustentabilidade devem ser realizadas no âmbito das unidades do MGI.*
- *A formação no tema da sustentabilidade deve ser priorizada aos profissionais envolvidos no processo de contratação e de logística, assegurando a aplicação das melhores práticas e a adaptação às mudanças nas demandas operacionais.*
- *Promover o respeito à diversidade e à equidade, para combater a discriminação que se baseie em preconceito e envolva distinção, exclusão e preferência que tenham o efeito de anular a igualdade de tratamento ou as oportunidades nos quadros de pessoal efetivo e auxiliar.*
- *Promover ações de formação sobre diversidade, equidade, inclusão e respeito no ambiente de trabalho.*
- *Promover ações que causem impacto social e sustentável na sociedade.*
- *Promover ações de qualidade de vida no ambiente de trabalho.*
- *Incluir nos processos licitatórios de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra a contratação de mulheres em situação de violência doméstica e outras políticas de ações afirmativas, quando cabível.*

4.3.4. Nesse sentido, em seu Anexo 1. PLANO DE AÇÕES PLS MGI - UNIDADES DA SSC, é apresentado o seguinte objetivo específico, relacionadas à especificação do presente objeto:

- *Incluir nos editais de aquisição/contratação critérios de sustentabilidade, quando possível.*

4.3.5. Desse modo, na presente contratação, diante da especificidade dos serviços, e em observância ao disposto no art. 5º e 11, IV, da Lei n.º 14.133, de 2021, a compatibilização com o Plano de Logística Sustentável do MGI se dará com a inclusão de critérios de sustentabilidade prevendo, no Instrumento de Contrato, a seguinte obrigação por parte da contratada:

- *Adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.*

4.4. Duração inicial do contrato de prestação de serviços

4.4.1. O **prazo de vigência do contrato** é de 1 (um) ano, com início na data de 13 de dezembro de 2025 e encerramento em 12 de dezembro de 2026, ou com início na data de sua assinatura, se esta for posterior, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1.1. O **seguro terá sua vigência** por 1 (um) ano, com início a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia 12 de dezembro de 2025 e encerramento às 24 (vinte e quatro) horas do dia 12 de dezembro de 2025, *ou a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia da celebração do contrato, se esta for posterior àquela*, independentemente da conclusão da emissão da apólice pela Seguradora, ocasião em que prevalecerão as condições dos veículos apuradas pela Contratada, independente ou não da realização da vistoria prévia facultativa.

4.5. Avaliação da necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

4.5.1. Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação do serviço de seguro para a frota de veículos, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum,

conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, porém não foram identificadas mudanças a serem incorporadas.

5.2. Para a contratação de serviço de seguro, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgão públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

5.3. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

5.4. Registre-se, novamente, que a SRRF10 dispõe de veículos em quantidade suficiente para exercer suas atividades, muitas de caráter sigiloso.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Prestação do serviço de seguro para os veículos da frota da SRRF10 e demais unidades administrativas da RFB da 10ª Região Fiscal. Não haverá utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, uma vez que a prestação do serviço não necessita de disponibilização e/ou locação de mão de obra constante nos locais onde os veículos se encontram.

6.2. Os serviços objeto da contratação possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços comuns, nos termos dos incisos XIII e XLI do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021. Assim, tais serviços podem ser licitados na modalidade pregão, na forma eletrônica.

6.3. O serviço será contratado com base na quantidade de veículos a ser segurada, estabelecendo-se o valor global a partir do somatório dos prêmios individualizados de cada veículo, devendo ser observadas todas as coberturas e serviços previstos na contratação.

6.4. Justificativas da escolha do tipo de solução

6.4.1. O mercado de potenciais prestadores para os serviços de seguro de veículos para Órgãos do Poder Público é restrito às sociedades seguradoras autorizadas a operar no País, na forma da legislação vigente. Apesar disso, tem-se verificado significativa competitividade nas licitações realizadas. Isso porque, para execução do serviço a ser contratado, a solução disponível no mercado, já amplamente utilizada tanto para empresas privadas como para órgãos públicos, enquadra-se perfeitamente com as necessidades da prestação do serviço.

6.4.2. A solução de mercado que atende os requisitos especificados para a contratação está abaixo identificada:

I. No caso dos serviços em tela não se vislumbra outra solução de mercado afora a terceirização para a prestação indireta do serviço, visto que tais serviços não podem ser prestados diretamente pela RFB, pois existe toda uma legislação de regência que outorga a concessão deles para empresas especializadas, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração;

II. No caso da prestação indireta do serviço, foi identificada a seguinte hipótese:

- Contratação por empreitada global, ou seja, para a totalidade dos veículos da frota para as coberturas estipuladas no Termo de Referência, com valor de franquia máxima fixado pela Administração.
- O valor global do objeto será o somatório dos valores de prêmio individualizado por veículo.
- No caso de ocorrência de sinistro, a seguradora indenizará a Administração de acordo com cada tipo de cobertura prevista, com pagamento de franquia pela Administração, caso necessário, além da cobertura adicional de assistência 24 horas, com serviços de chaveiro, reboque ou transporte do veículo e transporte de pessoas.

III. Tais exigências não limitam a participação na licitação, visto que se trata das formas usuais de contratação do serviço de seguro de veículos, para as quais o mercado está preparado.

IV. Não se visualiza outra solução, como: 1) locação de veículos com motorista; 2) locação de veículos; e 3) contratação de motoristas, em face do todo exposto no item 2 deste Estudo Preliminar.

6.4.3. Portanto, a solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviço de seguro total para 198 (cento e noventa e oito) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, com vigência de 1 (um) ano, a partir das 24 horas do dia 12/12/2025 ou das 24 horas do dia da celebração do contrato, se esta for posterior.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Definição e documentação do método para a estimativa das quantidades a serem contratadas

- I. A definição das quantidades a serem contratados foi obtida através do levantamento dos veículos pertencentes às unidades administrativas da 10ª Região Fiscal, que necessitam de seguro. O resultado desse levantamento de veículos é a relação constante no documento nº 3 do presente processo.
- II. Utilização das informações das contratações anteriores:
 - a) Para a contratação em análise, foram utilizadas as informações das contratações anteriores, no que se refere à forma de contratação, por empreitada global (para a totalidade dos veículos), além das informações referentes às ocorrências de sinistros e acionamentos de assistência técnica e guincho e à pontuação de bônus vinculada aos veículos segurados nas contratações anteriores.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Preço de referência para a contratação: R\$ 455.400,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais)

- I. O preço de referência foi definido e documentado com base em pesquisa de preços realizada nos termos da IN Seges/ME nº 65, de 2021, conforme documentação contida neste processo (documento nº 4).
- II. A consolidação da pesquisa de preços e a metodologia para obtenção do preço de referência constam no documento nº 5 e resultou no seguinte valor estimado:

DESCRIÇÃO	PREÇO ESTIMADO GLOBAL (R\$)	OBSERVAÇÕES
Serviço de seguro total para 198 (cento e noventa e oito) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul.	455.400,00	Média de R\$ 2.300,00 por veículo

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A contratação dos serviços em item único, sem parcelamento do seu objeto, é a que melhor atende os interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

- I. Para a licitação em análise, cujo objeto é único, ou seja, seguro de veículos, com as mesmas especificações e exigências para todos os veículos (franquia, danos materiais, danos pessoais e APP), sendo que qualquer empresa seguradora de veículos está apta a participar da licitação se o critério de julgamento for pelo menor preço global;
- II. A reunião de todos os veículos em um só item certamente ocasionará uma economia de escala, na medida em que, quanto maior o número de veículos, maior será o interesse das licitantes em sagrar-se vencedora da licitação;
- III. Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia:
 - a) Nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa;
 - b) Imagine-se uma unidade da RFB com 10 veículos e 5 seguradoras diferentes, e o quão conturbado seria gerir tais contratos em caso de sinistros;
 - c) De recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação.
- IV. Logo, o objeto que se pretende licitar não deve ser parcelado pois:
 - a) A licitação com critério de julgamento e adjudicação pelo menor preço global, para o caso em questão, é o que amplia a competição e proporciona a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, pois vai ao encontro da economia de escala, sendo, para o presente caso, a opção que melhor atende o interesse público, prestigiando os princípios da competitividade, eficiência, razoabilidade e economicidade, sem ofender o princípio da isonomia e da legalidade.
 - b) A licitação para contratação do objeto desejado com julgamento por item individualmente considerado, para todos os itens da licitação, causaria, além da perda de economia de escala, também custo excessivo para licitar e acompanhar a execução contratual, não sendo, para o presente caso, a opção que melhor atende o interesse público.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

11. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PCA E ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

11.1. O objeto do presente estudo (seguro de veículos para a frota da RFB da 10ª Região Fiscal no período 2025-2026) está alinhado com o planejamento da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10, conforme previsto no Id do item no PCA/2025: 45 – CLASSE/GRUPO: 711 - SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, EXCETO SERVIÇO BANCÁRIO DE INVESTIMENTO, SERVIÇOS DE SEGUROS E DE PENSÕES da SRRF10 – UASG 170177.

11.2. A presente contratação também está alinhada aos objetivos previstos no Planejamento Estratégico da RFB, nos seguintes aspectos:

FACILITAÇÃO E SEGURANÇA NO COMÉRCIO EXTERIOR

ATUAR PARA REDUÇÃO DOS ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS

FORTALECER A ATUAÇÃO DA RFB

GERENCIAR RISCOS DE FORMA INTEGRADA E EFETIVA

12. JUSTIFICATIVA REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE

12.1. Além do disposto na Lei nº 14.133/2021, os requisitos de habilitação devem ser definidos com base Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

12.2. Da qualificação econômico-financeira

12.2.1. Quanto às exigências de qualificação econômico-financeiras, esclarecemos que se buscou a proporcionalidade entre as exigências e os riscos que a inexecução do contrato poderá acarretar para a Administração. A habilitação econômico-financeira objetiva investigar a saúde, a aptidão econômica da licitante/proponente para cumprir as obrigações decorrentes do contrato que será firmado.

12.2.2. A exigência do balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais traz segurança jurídica para a Administração no sentido de reduzir os riscos de fraude ao comparar os elementos contábeis de ambos os exercícios sociais, mitigando os riscos de adulteração de informações relevantes para o cálculo de indicadores e coeficientes.

12.2.3. Para a análise da qualificação econômico-financeira por intermédio de índices contábeis serão adotados os percentuais e valores usualmente utilizados nas licitações públicas: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG). A exigência de tais índices não restringe o caráter competitivo do certame e são imprescindíveis à Administração para uma contratação com o mínimo de segurança jurídica.

12.2.4. Por sua vez, a comprovação de percentual de patrimônio líquido visa demonstrar a relação entre o porte da empresa e o da licitação, visto que o patrimônio líquido representa contabilmente os recursos próprios da empresa, que não estão comprometidos com terceiros em um determinado momento, representando a saúde financeira real e atual da empresa. Portanto, a fixação do valor de Patrimônio Líquido em percentual de 10% do valor estimado da contratação, apenas no caso de a empresa licitante apresentar resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), foi utilizada como demonstração da capacidade financeira da empresa, podendo inclusive ser necessária para os casos de necessidade de pagamento de indenizações nos casos de perda total de veículos.

12.2.5. Conforme §1º do art. 69, da Lei nº 14.133, há autorização para que a Administração Pública exija a apresentação de documentos que comprovem a qualificação econômico-financeira dos licitantes, como a declaração de atendimento a índices econômicos assinada por profissional habilitado da área contábil.

12.2.6. A exigência justifica-se pois é o profissional da área contábil (como um contabilista ou contador) a pessoa que possui habilitação e capacidade técnica para atestar a situação econômica da empresa, através da verificação dos balanços e demonstrações contábeis da empresa. A assinatura do contador atesta que a declaração foi realizada por um profissional com conhecimento técnico e ético para validar a situação financeira da empresa, evitando fraudes e informações falsas. Além disso, a Administração Pública precisa de documentos que ofereçam segurança para a tomada de decisões, e a assinatura de um contador nas declarações é um fator de segurança que demonstra que a empresa atende aos requisitos estabelecidos no edital.

12.3. Da qualificação técnico-operacional

12.3.1. A exigência de comprovação de experiência anterior da licitante é imprescindível e pertinente para a segurança da contratação, em razão de que não é plausível, lógico e razoável a permissão no edital de licitação de participação de empresas que não apresentem o mínimo de experiência na execução dos serviços objeto da licitação, ou seja, serviços de seguro de veículos para a frota da RFB da 10ª Região Fiscal. Entende-se que a fixação da comprovação de quantidade no percentual adotado está em compatibilidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, e ainda com o princípio da razoabilidade, pois, como as licitantes podem apresentar tantos atestados quantos queiram, é lícito supor que a licitante que não conseguir demonstrar que teve experiência acumulada ao longo do tempo ou está tendo experiência na quantidade fixada não oferece segurança à Administração para contratação e, portanto, não deve participar da licitação. Entende-se, dessa forma, que a exigência de capacitação técnica na quantidade estabelecida não restringe o caráter competitivo da licitação.

12.3.2. Quanto à exigência de comprovação de capacitação técnica, percebe-se claramente a convergência dos entendimentos da doutrina e jurisprudência pátria no sentido de se considerar perfeitamente legítima a inserção de exigência, nos editais de licitações públicas, como requisito prévio à habilitação, de comprovação de capacidade técnica dos interessados em contratar com a Administração, sendo amplamente majoritária a concepção, segundo Marçal Justen Filho, de que a comprovação dessa qualificação técnica deve abranger tanto o aspecto operacional como o profissional.

12.3.3. O Tribunal de Contas da União já expressou o entendimento da legitimidade de exigência de comprovação de capacidade técnica-operacional em diversas Decisões/Acórdãos como, exemplificativamente: Decisão 432/96-Plenário; Decisão 217/97-Plenário; Decisão 767/98- Plenário; Decisão 285/2000-Plenário; Decisão 467/20000-Plenário; Decisão 411/2001- Plenário; Decisão 1.069/2001-Plenário; Decisão 1.288/2002-Plenário; Decisão 1.618/2002-Plenário; Acórdão 1.917/2003-Plenário; Acórdão 32/2003-1ª Câmara; Acórdão 1.351/2003-1ª Câmara e Acórdão 649/2006-2ª Câmara, Acórdão 8.364/2012-2ª Câmara e Acórdão 397/2013-Plenário.

12.3.4. No âmbito do Poder Judiciário, o Superior Tribunal de Justiça também já firmou entendimento no mesmo sentido como, exemplificativamente: Resp 172.232-SP 1ª T, Rel. Min. José Delgado, in DJU de 21.09.1998; REsp 155.861-SP 1ª T, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, in DJU de 08.03.1999; REsp 144.750-SP 1ª T, Rel. Min. Francisco Falcão, in DJU de 25.09.2000; Resp 331.215-SP 1ª T, Min. Rel. Luiz Fux, in DJU de 27.05.2002; ROrd em MS 13.607-RJ 1ª T, Rel. Min. José Delgado, in DJU de 10.06.2002; REsp 268.000-AC 1ª T, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, in DJU de 07.10.2002; Resp 172.199-SP 2ª T, Rel. Min. Eliana Calmon, in DJU de 13.08.2001; Resp 295.806-SP 2ª T, Rel. Min. João Otávio de Noronha, in DJU de 06.03.2006; e ROrd em MS 24.665-RS 2ª T, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, in DJU de 08.09.2009.

12.3.5. Quanto ao limite máximo percentual admitido para exigência da capacidade técnico-operacional, o Tribunal de Contas da União firmou entendimento de que é de 50% (cinquenta por cento), como, exemplificativamente, nos seguintes Acórdãos do Plenário: 3105/2010; 813/2010; 2099/2009; 2147/2009; 1949/2008; 2656/2007; 608/2008 e 2215/2008.

12.3.6. A Súmula TCU nº 263, dispõe que: “Para comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação de execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e complexidade do objeto a ser executado.” (grifo nosso).

13. JUSTIFICATIVA PARA A VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO

13.1. O artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021, permite a vedação de participação de empresas reunidas em consórcio, desde que devidamente justificado no processo, conforme abaixo:

a) É recomendável a autorização para a participação de empresas reunidas em consórcio quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor (geralmente quando há obrigatoriedade de realizar audiência pública) ou complexidade, como, por exemplo, a construção de uma usina hidroelétrica, em que, se não for permitida a participação de consórcios, restringir-se-ia a competição, na medida que, por hipótese, somente 1 ou 2 empresas individualmente consideradas teriam condições de executar a obra.

b) Ao contrário, a permissão para a constituição de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, em que no mercado atuam poucas empresas, poderia restringir a competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços nas licitações.

c) Conforme Acórdão TCU nº 1316/2010 – Primeira Câmara, item 1.5.1.1, deve-se abster de vedar, sem justificativa razoável, a participação de empresas em consórcio, de modo a restringir a competitividade do certame. Porém, lendo-se integralmente o Acórdão (Relatório do Ministro Relator e Voto do Ministro Relator), constata-se que o caso concreto analisado se revestiu de vulto e complexidade, conforme itens 27 e 28 do Relatório, abaixo transcritos:

27. Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

28. No entanto, se as circunstâncias concretas indicarem que o objeto apresenta vulto ou complexidade que tornem restrito o universo de possíveis licitantes, fica o Administrador obrigado a prever a participação de consórcios no certame com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. Neste sentido ainda os Acórdãos TCU 1.094/2004 – Plenário e 22/2003 – Plenário.

13.2. Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

14. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTE DO CONTRATO

14.1. Foi realizada pesquisa no mercado e verificado que para o presente objeto não existe um índice setorial ou específico correlacionado diretamente com a variação de preços de seguro de veículos. Desse modo, para o objeto da presente contratação será adotado o reajustamento pelo índice IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

15. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

15.1. Estes serviços não podem ser prestados diretamente pela RFB, pois existe toda uma legislação de regência que outorga a concessão desse tipo de objeto para empresas especializadas.

15.2. A realização de um único procedimento licitatório, abrangendo esta Superintendência e todas as unidades administrativas da 10ª Região Fiscal ocupará a equipe de servidores da Equipe Regional de Licitações da 10ª RF por um único período de tempo.

15.3. A realização deste procedimento unificado se justifica pelo ganho com o gerenciamento centralizado e implica vantagens para a Administração, pois haverá ganho de escala tanto na realização da licitação como na contratação, uma vez que, com um volume maior de serviços, é possível para a Administração obter uma proposta mais vantajosa no que diz respeito ao custo da contratação.

15.4. No que pertine ao desenvolvimento nacional sustentável, como já relatado anteriormente, o serviço de seguros constitui-se em um mercado altamente regulamentado, possuindo um órgão responsável, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que o controla e fiscaliza. Nesse sentido, a própria legislação que trata sobre seguros privados regula a referida atividade econômica para alcance, dentre outros objetivos, do desenvolvimento nacional sustentável, na medida em que, exemplificativamente, promove o aperfeiçoamento do sistema nacional de seguros privados e zela pela defesa dos interesses dos consumidores.

16. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

16.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de:

- a) adequação do ambiente físico da SRRF10, uma vez que não haverá prestação de serviço nas dependências da contratada;
- b) capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, uma vez que a Administração já possui experiência com relação a esse objeto, tendo em vista que vem realizando licitações para o objeto (seguro anual de veículos) e celebrando e fiscalizando as contratações delas advindas há 16 (dezesseis) anos.

17. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

17.1. Não se vislumbra para o presente objeto impactos ambientais relevantes ou extraordinários, fora do comumente esperado das atividades econômicas ordinárias de prestação de serviços, que necessitem, portanto, de medidas de tratamento especiais por parte da Administração, ou estipuladas pela Administração para cumprimento da futura contratada, além daquelas usualmente exigidas nos editais de licitação, conforme modelos editalícios aprovados pela AGU.

18. ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

18.1. Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, esta Equipe de Planejamento considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

18.2. Justificativa da Viabilidade e Adequação

A viabilidade e adequação da presente contratação justificam-se, uma vez que a solução apontada atende plenamente às necessidades da Administração e está perfeitamente adequada ao mercado, visto que as condições e exigências previstas para o objeto não restringem a participação na licitação.

Além disso, a contratação está alinhada aos objetivos contidos no planejamento estratégico da RFB, e também está prevista no Plano de Contratações Anual da SRRF10.

A contratação prevista, uma vez autorizada, deverá possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

19.1. Não há necessidade de classificar estes Estudos Técnicos Preliminares como sigilosos, nos termos da Lei nº 12. 527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

19.2. Ao Sr. Chefe da Divisão de Programação e Logística da SRRF10.

Porto Alegre/RS, *(datado digitalmente)*.

(Assinatura digital)

ALINE PEREIRA DENARDIN MARIOTTI

ATRFB - Matr. 1537163

Membro da Equipe de Planejamento

(Assinatura digital)

ALEXANDRE JUNIOR BRUGNARA

ATRFB - Matr. 1538070

Membro da Equipe de Planejamento

(Assinatura digital)

ADRIANE BEVILAQUA

ATRFB - Matr. 1726892

Coordenadora da Equipe de Planejamento

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

Receita Federal

PROCESSO: 11000.748337/2025-84

ANEXO II do Edital do Pregão (Eletrônico) SRRF10 nº 90022/2025**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**_____
(nome empresarial)CNPJ nº _____ com sede na _____
(nº de inscrição)_____
(endereço completo)

por intermédio de seu representante legal, e para os fins do Pregão SRRF10 nº 90022/2025, vem apresentar a seguinte proposta de preço:

Preço Global da proposta em reais: R\$ _____

Preço Global da proposta por extenso:

(_____)

Este é o preço/lance final incluído no sistema Comprasnet pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, que será convocada pelo Pregoeiro para enviar este Anexo pelo sistema eletrônico.Proposta global válida para segurar todos os **198 (cento e noventa e oito) veículos** relacionados no Anexo I - Termo de Referência, do Edital da licitação em epígrafe, nos exatos termos do Edital da licitação e seus Anexos.

Validade da proposta (mínimo 90 dias): _____ dias

Início da prestação do serviço: O seguro terá sua vigência por **1 (um) ano**, contados a partir das vinte e quatro horas do dia 12 de dezembro de 2025, **- ou - a partir das vinte e quatro horas do dia da celebração do contrato, se esta for posterior àquela**, independentemente da conclusão da emissão da apólice pela Seguradora, ocasião em que prevalecerão as condições dos veículos apuradas pela Contratada, independentemente ou não da realização da vistoria prévia facultativa.Valor ofertado para franquia: será individualizado por veículo na tabela de preços unitários, **não podendo ultrapassar o valor unitário de R\$ 2.500,00.**Valor ofertado para danos materiais (mínimo de R\$ 80.000,00): R\$ _____Valor ofertado para danos personais (mínimo de R\$ 80.000,00): R\$ _____Acidente por passageiro (APP):Valor para indenização morte por pessoa (mínimo de R\$ 12.000,00): R\$ _____

Valor para indenização invalidez por pessoa (mínimo de R\$ 12.000,00): R\$ _____

Nome completo do representante legal: _____

Nº da cédula de identidade e órgão emitente: _____

Número do CPF/MF: _____

Telefone/fax/correio eletrônico para contato: _____

Seguem em anexo, a Planilha de Custos Unitários detalhando o preço unitário do prêmio de cada veículo, bem como o valor individualizado da franquia para cada veículo.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante da empresa

OBS.:

- 1) As licitantes, para preencher sua proposta de preço, devem, obrigatoriamente, tomar conhecimento das informações constantes deste Edital, especialmente o Anexo I, para evitar problemas durante o certame, bem como na execução contratual, para a que for considerada vencedora celebrar contrato.
- 2) Serão desclassificadas as propostas que não apresentarem proposta/lance para 1 (um) ano do prazo de vigência do contrato, em razão de o sistema eletrônico não permitir alterar as propostas ou lances registrados, no caso de, por exemplo, a licitante registrar equivocadamente preço mensal, e não para 1 (um) ano, como exigido.
- 3) A proposta de preço deverá ser instruída com as necessárias Notas Explicativas que permitam o perfeito entendimento dos valores que a compõe.
- 4) Este modelo de Proposta de Preço é exemplificativo e não exaustivo, podendo cada licitante elaborar sua própria proposta.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



PROCESSO: 11000.748337/2025-84

ANEXO III do Edital do Pregão (Eletrônico) SRRF10 nº 90022/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEPOTISMO

(nome empresarial da licitante)

inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na _____
(nº de inscrição)

(endereço completo)

por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)

infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____
e do CPF/MF nº _____, para os fins de classificação de
sua proposta no Pregão (Eletrônico) SRRF10 nº 90022/2025, cujo objeto é a escolha da
proposta mais vantajosa para a contratação de serviço de seguro total para 198 (cento e
noventa e oito) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da
Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da
Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul,
em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto 7.203, de 4 de junho de 2010, e no inciso
IV do artigo 5º da Portaria ME nº 1.144, de 03 de fevereiro de 2021, DECLARA
expressamente, sob as penas da lei, que não possui relação familiar ou de parentesco, por
consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com agente público da contratante que
importe a prática de nepotismo.

Entende-se por agente público a autoridade contratante que exerça função de confiança na
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal.

PARENTES EM LINHA RETA

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1 º	Pai/mãe, filho/filha do agente público	Sogro/sogra, genro/nora; madrasta/padrasto, enteado/enteada do agente público
2 º	Avô/avó, neto/neta do agente público	Avô/avó, neto/neta do cônjuge ou companheiro do agente público
3 º	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do agente público	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro do agente público

PARENTES EM LINHA COLATERAL

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1 º	---	---
2 º	Irmão/irmã do agente público	Cunhado/cunhada do agente público
3 º	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do agente público	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do cônjuge ou companheiro do agente público

Na hipótese de possuir relação familiar ou de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com agente público da contratante, informe o nome do agente público:

NOME COMPLETO DO AGENTE PÚBLICO: _____

CPF DO AGENTE PÚBLICO: _____

_____, _____ de _____ de 2025.

(assinatura do representante legal)



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



PROCESSO: 11000.748337/2025-84

ANEXO IV do Edital do Pregão (Eletrônico) SRRF10 nº 90022/2025

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA OU DE
CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS OU DE CONHECIMENTO
PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

(nome empresarial da licitante)

inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na _____

(nº de inscrição)

(endereço completo)

por intermédio de seu representante legal/responsável técnico, o(a) Sr.(a)
_____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF/ME nº _____, e para os

fins do Edital de Pregão SRRF10 nº 90022/2025, DECLARA:

a) (☐) **que realizou vistoria** na totalidade da frota de veículos da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, que deram origem à necessidade de contratação e que conhece as condições da realização do serviço;

ou

b) (☐) **que não realizou vistoria**, mas possui pleno conhecimento da frota de veículos da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no

Estado do Rio Grande do Sul, e das condições da realização do serviço (*ver orientação sobre essa opção nos esclarecimentos abaixo*);

ou

c) () **que não realizou vistoria**, mas possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

_____ (RS), ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante da empresa/ responsável técnico

Esclarecimentos, sobre as opções de declaração acima:

A hipótese “a” dispensa maiores comentários, a não ser o de que é o próprio licitante que atesta conhecer na totalidade da frota de veículos da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, que deram origem à necessidade de contratação e que conhece as condições da realização do serviço, e não a Administração que tem o ônus de emitir o atestado de vistoria.

Já na hipótese “b”, o licitante não necessariamente realiza a vistoria facultada na licitação, mas, da mesma forma, atesta que conhece a frota, além das respectivas condições de execução, pressupondo-se que já tenha comparecido anteriormente ao local para poder emitir a declaração sem incorrer em falsidade ideológica. Isso pode ocorrer sobretudo quando se trata de empresa que já prestou serviços no mesmo local ou já realizou vistoria em outra oportunidade.

Por fim, na hipótese “c”, não se declara que conhece a frota, e sim as condições e peculiaridades da contratação em sua plenitude. Para isso, o responsável técnico/representante legal poderá chegar a esse conhecimento com base nas disposições do edital e anexos, somada à sua experiência profissional, que lhe permite emitir a declaração sem conhecer o local e sem incorrer em falsidade.

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

Receita Federal

PROCESSO: 11000.748337/2025-84

ANEXO V do Edital de Pregão (Eletrônico) SRRF10 nº 90022/2025**MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**

(nome empresarial ou nome do órgão/entidade pública emitente do atestado)
inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na _____
(nº de inscrição)
_____, por intermédio de seu
(endereço completo)
representante legal, o(a) Sr.(a) _____,
infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF/MF nº _____, **ATESTA**,
para os devidos fins, que a

(nome empresarial da favorecida)
inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na _____
(nº de inscrição)

(endereço completo)

executa (ou) para esta empresa, o serviço abaixo especificado:

- 1 OBJETO: Serviço de Seguro de Veículos
- 2 PERÍODO: de ____/____/____ a ____/____/____
- 3 QUANTIDADE DE VEÍCULOS: _____ **OU**
- 4 VALOR DO CONTRATO: _____

Atestamos, ainda, que tais serviços estão sendo/foram executados satisfatoriamente, não constando, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

_____, _____ de _____ de _____.

(assinatura do representante legal)

Telefone/correio eletrônico para eventual contato:

Observações:

1) Este Atestado é um modelo meramente exemplificativo, podendo, cada licitante, elaborar seu próprio Atestado, desde que dele conste os dados considerados essenciais para sua validade, especialmente o OBJETO (de que o serviço prestado é de seguro de veículos) e a QUANTIDADE DE VEÍCULOS OU O VALOR DO CONTRATO. A ausência, no Atestado, de registro desses dois dados citados implicará não aceitação do atestado e, se for o caso, a inabilitação da licitante.

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E
CONTRATAÇÃO DIRETA****SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª
REGIÃO FISCAL**

(Processo Administrativo nº 11000.748337/2025-84)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO
FISCAL, E

A União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, com sede na Avenida Loureiro da Silva, nº 445, sala 525, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.460/0147-97, neste ato representado(a) pelo chefe da Divisão de Programação e Logística, André Luis Souza da Silva, nomeado(a) pela Portaria nº 798, de 29 de abril de 2020, publicada no DOU de 4 de maio de 2020, portador da Matrícula Funcional nº 17084, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 11000.748337/2025-84 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90022/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de seguro total para 19 (cento e noventa e oito) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição do Item	Código do item no Catálogo de Serviço (CATSER) do Sistema de Serviços Gerais (SISG)	Valor Global em R\$
1	Serviço de seguro total para 198 (cento e noventa e oito) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, relacionados no Apêndice II do Termo de Referência, pelo prazo inicial de 1 (um) ano.	22764	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano com início na data de 13 de dezembro de 2025 e encerramento em 12 de dezembro de 2026, - ou - com início na data de sua assinatura, se esta for posterior, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O seguro terá sua vigência por 1 (um) ano, com início a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia 12 de dezembro de 2025 e encerramento às 24 (vinte e quatro) horas do dia 12 de dezembro de 2026, - ou - a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia da celebração do contrato, se esta for posterior àquela, independentemente da conclusão da emissão da apólice pela Seguradora, ocasião em que prevalecerão as condições dos veículos apuradas pela Contratada, independente ou não da realização da vistoria prévia facultativa.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.1.1. O valor total acima engloba o valor da Apólice para o seguro total para 198 (cento e noventa e oito) veículos oficiais pertencentes à frota da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 1 (um) ano, conforme proposta de preços apresentada na licitação.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) mês;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.2. Confeccionar apólice para todos os veículos constantes no Apêndice II do Termo de Referência, condizente com as exigências do Edital e seus Anexos, a qual deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias a contar da data da celebração do contrato;
- 9.3. Não proceder à veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização da Contratante;
- 9.4. Manter conformidade da apólice com as especificações constantes do Edital e seus Anexos;
- 9.5. Não subcontratar outra empresa para a execução do objeto da licitação, exceto para aquelas atividades em que são comuns no mercado a subcontratação, como oficinas e realização de vistorias;
- 9.6. Relatar à Fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver a prestação do serviço;
- 9.7. Prestar o serviço nos novos veículos que venham a ser incorporados à frota de veículos;
- 9.8. Pagar as indenizações devidas à Contratante, de eventuais sinistros, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU;
- 9.9. Adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber;
- 9.10. Preferencialmente, utilizar oficinas e centros automotivos que:
- 9.10.1. Adotem práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização na execução do objeto contratado;
- 9.10.2. Observem as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos estabelecidos na Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos – e na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;
- 9.10.3. Adotem prática de descarte correto do óleo contaminado utilizado em seu negócio, combustíveis e descarte de embalagens de óleos lubrificantes pós-consumo, e demais assuntos relacionados ao objeto da contratação, conforme Resolução nº 362, de 23/06/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- 9.10.4. Deem preferência ao uso de equipamentos, ferramentas e peças novas que estejam adequadas às necessidades do mercado e à sustentabilidade;
- 9.10.5. Tenham contenções preparadas para o caso de vazamento de óleo ou qualquer outro líquido perigoso, bem como utilizem-se de outras alternativas visando à busca por práticas sustentáveis;
- 9.10.6. Utilizem materiais e peças que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI), cádmio (Cd), bifenil-polibromados(PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 9.11. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.14. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.14.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.14.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.14.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.14.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.14.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.16. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.17. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.18. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.24. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.25. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.26. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.27. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.28. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.29. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.30. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.31. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.32. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.33. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.34. Nomear formalmente o seu preposto, aceito pela Administração, informando telefone fixo, telefone celular e e-mail para contato, para representá-lo na execução do contrato;

9.34.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.35. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.36. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.37. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.38. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.39. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.40. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.41. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.42. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.43. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: XXX;
- II) Fonte de recursos: XXX;
- III) Programa de trabalho: XXX;
- IV) Elemento de despesa: XXX;
- V) Plano interno: XXX; e
- VI) Nota de empenho: XXX;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Porto Alegre, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 09/12/2025 09:42:59 por Andre Luis Souza da Silva.

Documento assinado digitalmente em 09/12/2025 09:42:59 por ANDRE LUIS SOUZA DA SILVA.

Esta cópia / impressão foi realizada por SONIA MARIA OLIVEIRA DE SOUSA em 09/12/2025.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP09.1225.10101.6BAO

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
2EFC71384A5891ABF134F343A6B6AA3C4778764ACB5FE707875DA19423A7BB61